



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA



SIVANILDO JOSÉ DE ALMEIDA

INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO: UMA ANÁLISE
EM PAINEL ESPACIAL COM ÊNFASE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO
PERÍODO DE 1975-2016

SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO/2020

SIVANILDO JOSÉ DE ALMEIDA

INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO: UMA ANÁLISE
EM PAINEL ESPACIAL COM ÊNFASE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO
PERÍODO DE 1975-2016

Dissertação apresentada, como requisito parcial para o título de Mestre em Economia, ao Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS).

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Linha de pesquisa: Economia Aplicada e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Esperidião
Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Alves Porsse

SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO/2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447i Almeida, Sivanildo José de
Instituições e crescimento econômico de longo prazo : uma análise em painel espacial com ênfase na América Latina e Caribe no período de 1975-2016 / Sivanildo José de Almeida ; orientadora Fernanda Esperidião. – São Cristóvão, SE, 2020.
92 f. : il.

Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Economia institucional. 4. Econometria espacial. 5. América Latina. 6. Caribe. I. Esperidião, Fernanda, orient. II. Título.

CDU 330.341.2 (8+729)

FOLHA DE APROVAÇÃO

*Á Deus
A minha família
Aos meus amigos
E todos que acreditaram em mim!*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento precisa ser ao Senhor da minha vida e autor da minha história. Obrigado meu Deus por ser meu guia, por toda força e luz nos momentos difíceis que passei nessa jornada longe de casa e por não me desamparar em nenhum instante.

Aos meus pais, Severino Guilherme e Maria Quitéria que me mostraram que é preciso muito esforço e força de vontade para alcançarmos nossos objetivos, em especial, minha mãe que me incentiva como ninguém. Também agradeço aos meus irmãos que sempre acreditaram e me deram força nesse período.

Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), pela bolsa oferecida nesse processo, devido a ela consegui arcar com os custos durante o mestrado e me deslocar para diversos eventos acadêmicos nacionais. Também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio moradia no período de mobilidade acadêmica.

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe, em especial, ao Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia (NUPEC/UFS) por me receber de braços abertos, por ser minha segunda casa e por todo aprendizado obtido que levarei para a minha vida. Aos professores do programa pela oportunidade e aprendizado pessoal e por terem contribuído para minha formação.

À Professora Dr^a. Fernanda Esperidião por me orientar nesse trabalho, por ser uma verdadeira mãe durante esse árduo processo, por todo o apoio desde a vinda para Aracaju, as disciplinas cursadas, a elaboração do projeto, até a conclusão deste trabalho, sendo atenciosa, paciente e colaboradora em todos os momentos. Meus agradecimentos por não estar ao meu lado apenas como uma profissional, mas também como uma verdadeira amiga que incentivou e aprimorou as minhas qualidades.

Ao Professor Dr. Alexandre Porsse por ter aceitado a coorientação nesse trabalho e por ter me recebido tão bem no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR), agradeço por toda ajuda na elaboração desse trabalho bem como toda a parte empírica do mesmo.

Também não posso deixar de agradecer de modo especial ao professor Dr. Fábio Moura por ter tanta paciência comigo ao me ensinar as particularidades da econometria, sou grato por

todos os ensinamentos recebidos. Agradeço também ao professor Dr. Elmer Matos pela oportunidade de estágio à docência e por todo conhecimento adquirido.

Aos amigos do mestrado: Raab, Dayanne, Fabrício, Gilmar, Vinícios e Carlisson, por todo o apoio e incentivo nessa jornada que trilhamos juntos, sei que passamos por muita coisa e foi por permanecer juntos que tudo deu certo. De modo especial a minha amiga Raab, a qual dividiu comigo muitas lutas e alegrias nessa jornada.

Por fim, às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. As experiências de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram à melhor experiência da minha formação acadêmica.

RESUMO: A moderna teoria do crescimento econômico identificou diversos fatores como sendo cruciais para o bom desempenho dos países, dentre eles, estão: capital físico/ humano, progresso tecnológico, gastos do governo, abertura comercial, entre outros. No entanto, teorias alternativas apresentam outros componentes como fundamentais ao crescimento econômico das nações, este é o caso da teoria institucionalista, que reforça o papel das instituições e que vem sendo amplamente difundida, sobretudo, a partir da década de 1990. A definição de instituição utilizada neste trabalho é de Douglass North, para ele, instituições são restrições que orientam o comportamento das pessoas, resultando na melhora da convivência de toda sociedade. As instituições podem ser formais (regras, leis e constituição) e informais (códigos de conduta e cultura de uma sociedade). Para esta vertente teórica, a chave para a compreensão do crescimento econômico dos diversos países ao longo do tempo, está no estudo da dinâmica e mudança institucional das economias. Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar a influência do ambiente institucional no crescimento econômico dos países, com ênfase na América Latina e Caribe, a partir da perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI), visando identificar o papel das instituições nas diferenças de crescimento. O período analisado é de 1975-2016 onde ocorreram mudanças institucionais importantes. A metodologia está baseada em um painel espacial para 59 países desenvolvidos e em desenvolvimento e para subamostras compreendendo países do continente americano e alguns países que compõe a América Latina e Caribe para visualizar a sensibilidade dos resultados nessas regiões. Foram estimados modelos sem controle espacial, como o de mínimos quadrados ordinários em painel (OLS). E, modelos com controle espacial, particularmente: i) modelo de erro espacial (SEM); ii) modelo autorregressivo espacial (SAR); iii) modelo espacial de Durbin (SDM). A variável dependente é a taxa de crescimento do PIB *per capita* e, como explicativas, tem-se: PIB *per capita* inicial, *proxies* para capital físico e humano, corrente de comércio e crescimento populacional (controles) e dois índices que mensuram a qualidade das instituições, *Polity IV* e *Fraser Institute*. O primeiro, informa os níveis de democracia e autocracia das nações, enquanto, o segundo indica a liberdade econômica dos países. Os resultados indicam que as instituições econômicas são importantes para o crescimento econômico dos países em todos os recortes amostrais avaliados. Observou-se ainda que os efeitos das instituições políticas se mostraram mais expressivos nos casos das amostras para países do continente americano e da América Latina e Caribe. Ademais, a velocidade de convergência entre os países aumenta quando as instituições econômicas são incorporadas ao modelo.

Palavras-chaves: Instituições; Mudança institucional; Crescimento econômico; América Latina e Caribe; Econometria espacial.

ABSTRACT: The modern theory of economic growth has identified several factors as being crucial to the good performance of countries, among which are: physical / human capital, technological progress, government spending, trade opening, among others. However, alternative theories present other components as fundamental to the economic growth of nations, this is the case of institutionalist theory, which reinforces the role of institutions and which has been widely disseminated, especially since the 1990s. The definition of institution used in this work is by Douglass North, for him, institutions are restrictions that guide people's behavior, resulting in the improvement of the coexistence of the whole society. Institutions can be formal (rules, laws and constitution) and informal (codes of conduct and culture of a society). For this theoretical aspect, the key to understanding the economic growth of different countries over time, lies in the study of the dynamics and institutional change of economies. Thus, the objective of the work is to analyze the influence of the institutional environment on the economic growth of the countries, with an emphasis on Latin America and the Caribbean, from the perspective of the New Institutional Economy (NIE), aiming to identify the role of institutions in growth differences. The period analyzed is from 1975 to 2016 when important institutional changes occurred. The methodology is based on a spatial panel for 59 developed and developing countries and for subsamples comprising countries on the American continent and some countries that make up Latin America and the Caribbean to visualize the sensitivity of the results in these regions. Models without spatial control, such as ordinary panel least squares (OLS), were estimated. And, models with spatial control, particularly: i) model of spatial error (SEM); ii) spatial autoregressive model (SAR); iii) Durbin's spatial model (SDM). The dependent variable is the GDP growth rate per capita and, as explanations, there are: initial GDP per capita, proxies for physical and human capital, trade flow and population growth (controls) and two indexes that measure the quality of institutions, Polity IV and Fraser Institute. The first, informs the levels of democracy and autocracy of nations, while the second indicates the economic freedom of countries. The results indicate that the economic institutions are important for the economic growth of the countries in all the sample cuts evaluated. It was also observed that the effects of political institutions were more expressive in the cases of the samples for countries in the American continent and Latin America and the Caribbean. In addition, the speed of convergence between countries increases when economic institutions are incorporated into the model.

Keywords: Institutions; Institutional change; Economic growth; Latin America and the Caribbean; Spatial econometrics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: TRAJETÓRIA DO PIB PER CAPITA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016).....	64
FIGURA 2: TRAJETÓRIA DO ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016).....	66
FIGURA 3: TRAJETÓRIA DO ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016).....	67
FIGURA 4: TODOS OS PAÍSES DA AMOSTRA.....	69
FIGURA 5: CONTINENTE AMERICANO.....	74
FIGURA 6: AMÉRICA LATINA E CARIBE.....	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	54
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PAÍSES DA AMOSTRA.....	45
TABELA 2: FORMAÇÃO DO ÍNDICE <i>POLITY IV</i>	50
TABELA 3: COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA.....	51
TABELA 4: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA PAINEL.....	62
TABELA 5: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS - AMÉRICA LATINA E CARIBE E BRASIL.....	64
TABELA 6: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES.....	70
TABELA 7: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.....	71
TABELA 8: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS.....	73
TABELA 9: CONTINENTE AMERICANO – CONTROLES.....	75
TABELA 10: CONTINENTE AMERICANO – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.....	76
TABELA 11: CONTINENTE AMERICANO – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS.....	77
TABELA 12: AMÉRICA LATINA E CARIBE – CONTROLES.....	79
TABELA 13: AMÉRICA LATINA E CARIBE – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.....	80
TABELA 14: AMÉRICA LATINA E CARIBE – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	19
1.1. Considerações sobre a teoria do crescimento econômico.....	19
1.2. Teoria institucionalista e desempenho econômico.....	22
1.2.1 O institucionalismo original: as origens do pensamento institucionalista.....	24
1.2.2 Nova economia institucional: uma expansão na compreensão das instituições no processo de crescimento econômico.....	28
1.2.3 A construção teórica de Acemoglu e Robinson: uma abordagem recente do papel das instituições.....	36
1.3. América Latina e Caribe: colonização, independência e democracia.....	40
CAPÍTULO 2: DADOS E MÉTODOS.....	43
2.1. Revisão empírica.....	43
2.2. Base de dados.....	45
2.3. Descrição das variáveis.....	47
2.4. Modelagem econométrica espacial.....	54
2.4.1. Modelo de dados em painel espacial.....	55
2.4.2. Testes e o processo de seleção dos modelos.....	58
CAPÍTULO 3: DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	62
3.1. Resultados dos modelos empíricos.....	69
3.1.1 Todos os países.....	69
3.1.2 Continente americano.....	73
3.1.3 América latina e caribe.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

O estudo sobre os determinantes do crescimento econômico no longo prazo tem interessado diversos pesquisadores e inúmeras teorias se ocupam em analisar esse tema. A literatura convencional aponta que o crescimento econômico de um país está relacionado a vários componentes, tais como: consumo, nível de investimento, gastos do governo, estoque de capital físico e humano, abertura comercial, progresso tecnológico, entre outros fatores. Entretanto, diversas teorias consideram outros fatores como essenciais ao crescimento econômico.

Uma das vertentes mais difundidas nos anos recentes para explicar o crescimento econômico tem sido a teoria institucionalista. Esta é uma corrente do pensamento econômico que surgiu nos EUA no final do século XIX, impulsionada principalmente pelos escritos de Thorstein Veblen e, posteriormente, expandida por Douglass North. Ela sugere, além dos componentes citados, a necessidade do fortalecimento das instituições do país para que possa haver crescimento sustentado no longo prazo. Sua abordagem, portanto, concentra-se na compreensão do papel das instituições na moldagem do comportamento econômico.

A definição de instituição aqui utilizada é a de Douglass North, grande expoente da Nova Economia Institucional. Para ele, instituições são restrições que orientam o comportamento das pessoas, resultando na melhora da convivência de toda sociedade, elas podem ser formais (regras, leis e constituição) e informais (códigos de conduta resultantes da própria sociedade) NORTH (1991).

Nesse contexto, Fiani (2011) salienta que compreender o papel das instituições no crescimento e desenvolvimento econômico dos países, é analisar seu papel no funcionamento do sistema econômico. A forma como o sistema funciona e como as instituições ajudam a organizá-lo, indica como ele pode se desenvolver. Dessa forma, visando a promoção da cooperação e a redução dos conflitos, naturalmente gerados nas transações das atividades econômicas, se torna necessário que a sociedade elabore normas, regras e leis (instituições).

Existem algumas justificativas importantes dos motivos pelos quais as sociedades devem criar regras. Pela ótica macro, as regras aumentam a coordenação entre as atividades econômicas, reduzindo o ambiente das incertezas decorrentes de qualquer processo de troca. Do ponto de vista micro, como as pessoas são interdependentes, isto é, o bem-estar de uma pessoa é afetado pelas ações de outras e, como todo indivíduo tem interesses, objetivos e

experiências diferentes, sempre há possibilidade de conflito. Nesse contexto, as regras fornecem ordem e previsibilidade às transações humanas (SCHMID, 2004).

Gradualmente o papel das instituições é colocado no centro do funcionamento de todo sistema econômico, tornando-se relevantes para obter respostas sobre as disparidades entre os países, sobretudo, na discrepância dos níveis de riqueza. Como demonstram Acemoglu e Robinson (2012), são as instituições políticas e econômicas que estão por trás do êxito econômico dos países ou da falta dele. Afirmam ainda que, os países só escapam à pobreza quando dispõem de um conjunto de instituições adequadas que fomentem a igualdade entre os diferentes agentes econômicos.

Assim, dentro do arcabouço teórico da teoria institucionalista, a chave para se compreender o crescimento econômico dos diversos países ao longo do tempo, está no estudo da dinâmica e mudança institucional dessas economias. Nesse sentido, busca-se saber: Qual a relação entre instituições e crescimento econômico nos países analisados e, em especial, na América Latina e Caribe para o período de 1975-2016? De outro modo, compreender o papel que as instituições desempenham no processo de crescimento econômico.

Considerando o problema descrito, levanta-se a hipótese de que as boas instituições viabilizam o crescimento econômico das nações, ou seja, países com instituições sólidas e eficazes apresentam um melhor desempenho econômico em relação aos que possuem maior fragilidade no ambiente institucional.

De modo geral, se consideram como boas instituições, aquelas que venham a ser instrumentos na promoção aos incentivos corretos, quanto mais o indivíduo trabalhar mais terá certeza de que o produto do seu trabalho retornará para si através do aumento do seu próprio bem-estar econômico e social. Por outro lado, instituições ineficientes, se mostram como promotoras de corrupção, recompensando os menos aptos e, acabam por punir os indivíduos que se esforçam por uma sociedade melhor (SACHSIDA & MACHADO, 2008).

As análises dessa dissertação terão foco na região da América Latina e Caribe que, apesar da heterogeneidade, se trata de um conjunto de países que possuem trajetórias históricas, econômicas e sociais com algumas similaridades, além do mais, partilham de diversos problemas, tais como: i) forte dependência externa; ii) fragilidade na estrutura institucional; iii) pobreza e desigualdade, entre outros.

De acordo com Pozo (2009), a partir da década de 1960 os países da América Latina e Caribe entraram em um período de intenso retrocesso, pois a maioria das nações passaram por

longos períodos de ditaduras que contaram com métodos brutais e violentos. Esses regimes impuseram uma militarização do Estado, cabendo as Forças Armadas o papel de dirigentes políticos e agentes da repressão, mantendo-se no poder com forte repressão às instituições democráticas. Já no início da década de 1980, ressalta o autor, deu-se o princípio de um processo de enfraquecimento das ditaduras, que, por sua vez, estabeleceu um movimento gradual de solidificação das instituições políticas.

No decorrer da última década, a América Latina e Caribe, composta por 33 países, alcançou seu menor índice de concentração de renda, todavia, a região continua sendo a mais desigual do mundo, com um coeficiente de GINI estimado em 0,5 (CEPAL, 2018).

Além disso, nota-se que o crescimento econômico da região tem desacelerado com o declínio da economia global e as crescentes incertezas no ambiente político. A região deve crescer 2% em 2019 e 2,5% em 2020, muito abaixo de outras regiões do mundo. A incerteza no campo político também piorou após algumas eleições, pressionando ainda mais sobre as perspectivas de crescimento (WERNER, 2019).

Diante desse cenário, é relevante estudar a América Latina e Caribe por ser uma região em desenvolvimento que apresenta baixo crescimento econômico e que constantemente sofre crises no âmbito político e econômico. Entender o papel das instituições nesses países é ter a possibilidade de apontar seus limites e, assim, indicar sugestões de políticas nas áreas de maior fragilidade institucional.

Ademais, não foram encontrados estudos voltados, exclusivamente, para a América Latina e Caribe com a problemática descrita neste trabalho. Dessa forma, considera-se relevante uma pesquisa voltada para a região a partir da década de 1970 onde ocorreram mudanças institucionais importantes, que seja capaz de demonstrar os efeitos da qualidade institucional ou a falta dela no crescimento econômico.

Devido a isso, a contribuição deste trabalho se coloca no sentido de analisar uma região em desenvolvimento que demanda um estudo voltado para suas especificidades e, também, poder analisar o Brasil em um ambiente mais próximo. Além do mais, o presente estudo é oportuno para expandir a discussão existente com o intuito de buscar novas respostas no âmbito institucional na economia brasileira bem como, nas economias latino-americanas.

A metodologia está alicerçada na econometria espacial. A literatura aponta que as questões espaciais são importantes para o crescimento econômico, a localização física acaba condicionando a distribuição dos rendimentos e a influência da interação espacial das unidades

regionais por meio de transbordamento capital humano e difusão de tecnologia (QUAH, 1996; CICCONE, 2002).

Os principais canais pelos quais o espaço afeta a atividade econômica podem ser explicados em termos de localização relativa, isto é, as relações econômicas podem ser afetadas por um espaço multidimensional que também inclui fatores sociais e institucionais. E, em termos de localização absoluta, que trata do impacto em uma região/país com o fato de estar localizado em um determinado ponto no espaço, independentemente de seus vizinhos (ARBIA, BATTISTI e VAIO, 2010).

Assim, para capturar o efeito de localização absoluta devido as instituições específicas de cada país, será adicionado um índice de qualidade institucional entre o conjunto de regressores. Os efeitos de localização relativa são, portanto, melhorados entre os países próximos em termos de ambiente institucional.

Desse modo, a justificativa da abordagem espacial para trabalhar essa problemática na América Latina e Caribe, se dá, primeiramente, por aspectos de proximidade física entre essas nações, por entender que os processos políticos, as questões culturais e linguísticas, bem como os processos migratórios, são intensivas entre esses países e influenciam as formações institucionais dessas localidades. Levando em conta os efeitos espaciais entre os países e que têm efeito nas instituições, foram modelados controles específicos e usada uma matriz de peso espacial por contiguidade que serão melhor descritos na metodologia.

Embora o foco da discussão seja a América Latina e Caribe, como a região tem muitos países com baixo desempenho econômico e institucional, convém se fazer uma análise no contexto em que outras economias são incluídas para se ter dimensão da sensibilidade dos resultados nesta região. Portanto, a estratégia empírica é adotar amostras de diferentes países, com vários níveis de crescimento econômico, para tentar avaliar se quando comparada com outras economias mais desenvolvidas, ou do próprio continente americano, os resultados da amostra na América Latina e Caribe se tornam mais sensíveis.

Assim, as análises serão feitas para três grupos: i) Todos os países; ii) Continente Americano; iii) América Latina e Caribe. O primeiro grupo inclui 59 economias desenvolvidas e em desenvolvimento, no segundo, a amostra é restringida para o continente americano e, por fim, o último, trata exclusivamente da América Latina e Caribe, isto é, excluindo-se os Estados Unidos da América e o Canadá.

Ademais, para cada grupo serão estimados três tipos de regressões: i) controles; ii) controles e instituições políticas; iii) controles e instituições econômicas. No primeiro caso, estimando modelos apenas com os controles e, nos seguintes, são inseridas as instituições políticas e econômicas para visualizar o comportamento das variáveis e os ajustes do modelo após a inclusão das variáveis que mensuram a qualidade institucional.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a influência do ambiente institucional no crescimento econômico dos países, com ênfase na América Latina e Caribe, a partir da perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI), visando identificar o papel das instituições nas diferenças de crescimento. E, como objetivos específicos:

- i) Analisar se os resultados para a América Latina e Caribe possuem sensibilidade quando comparada com outras economias mais desenvolvidas;
- ii) Verificar a existência de dependência espacial a partir dos coeficientes de autocorrelação espacial dos modelos;
- iii) Examinar as especificidades do desenvolvimento das instituições políticas e econômicas brasileiras e as compatibilidades com a Nova Economia Institucional;
- iv) Averiguar se os períodos de democracia e as fases com instituições econômicas inclusivas são marcados por um maior crescimento econômico.

Ademais, este trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução. O capítulo 1 trará uma ampla pesquisa bibliográfica, que inclui: i) abordagens de crescimento econômico, visando mostrar algumas teorizações sobre o assunto; ii) teoria institucionalista, que contemplará as vertentes do institucionalismo e será a base das discussões; e iii) contextualização histórica da América Latina e Caribe, que trará uma breve síntese de alguns acontecimentos importantes. O capítulo 2, contemplará a metodologia do trabalho, tratará inicialmente de alguns casos empíricos que avaliam a relação entre instituições e crescimento econômico e, na sequência, descreverá a base de dados, a abordagem em painel espacial e os testes utilizados para definir o modelo mais adequado a pesquisa. O terceiro capítulo inicia com uma discussão qualitativa para a região da América Latina e Caribe, de forma espacial, para o Brasil. E, na sequência, tem-se os resultados empíricos a partir dos modelos econométricos. Por fim, tem-se as considerações finais e os encaminhamentos futuros.

CAPÍTULO 1: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Para fundamentar este estudo, têm-se duas categorias analíticas que fornecem os conceitos bases para todo desenvolvimento do trabalho, são elas: crescimento econômico e teoria institucionalista. A primeira, é importante para justificar qual abordagem de crescimento está sendo considerada na análise. A segunda, e central, irá situar toda a discussão da importância das instituições dentro da teoria econômica. Portanto, essas categorias são pertinentes para a investigação do papel das instituições no crescimento econômico dos países da América Latina e Caribe e irão nortear os questionamentos e objetivos desta pesquisa.

1.1. Considerações sobre a teoria do crescimento econômico

Afirmar que o crescimento econômico de um país possui importantes implicações sobre o nível bem-estar dos indivíduos em uma sociedade não é exagero. Quando a economia de um país cresce, ainda que de modo agregado, os níveis de renda individuais são incentivados (COSTA, 2007).

Nesse contexto, como bem nos assegura Barro & Sala-i-Martin (1995), entender os determinantes do crescimento econômico é um ponto central para compreender como alguns países são tão ricos e oferecem elevado padrão de vida aos seus residentes, enquanto outras nações são extremamente pobres e essa condição atravessa grande parcela de seus moradores.

As primeiras teorizações sobre crescimento surgem com os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX. De modo geral, eles procuram entender a essência do processo de crescimento das sociedades na história, dentre eles, estão: Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Algum tempo depois, surgem, como contraponto à Revolução Keynesiana, as chamadas teorias modernas de crescimento econômico, fazem parte: Robert Solow, Paul Romer, Robert Lucas, entre outros. A seguir, pode-se entender um pouco sobre as contribuições de cada autor, onde o fio condutor se dá pela perspectiva dos mesmos acerca do crescimento econômico.

Dando início pelos clássicos, Smith (1996) compreende a economia como sendo regida por leis naturais. Para ele, existe uma ordem natural que promoveria o progresso e o desenvolvimento econômico e que estas leis organizam a economia de maneira espontânea e, por serem naturais, não devem sofrer intervenções. Disso resulta o princípio da Mão Invisível,

que defende o liberalismo como forma de garantir que as leis naturais atuem sem a interferência do governo. Ainda de acordo com o autor, um país consegue enriquecer com baixos impostos, boa administração da justiça e um pouco de paz, tendo isso, o enriquecimento da nação segue um fluxo natural. Nesta compreensão, são as forças de mercado que devem atuar na alocação dos recursos escassos e, conseqüentemente, gerar crescimento econômico.

O economista inglês David Ricardo (1996) elaborou, dentre outros, a teoria das vantagens comparativas, que reflete o custo de oportunidade relativo. Essas vantagens surgem, pois, o fator trabalho possui produtividade diferenciada dentro dos mais diversos países. Logo, cada país deve se especializar na produção do bem que ele pode produzir de maneira mais eficaz, em termos relativos. Isso significa que o país deve aumentar sua produção interna e o que não for demandado, deve ser exportado. Pelo processo de especialização, as nações que fazem parte podem, simultaneamente, ganhar nas trocas, já que os demais bens podem ser adquiridos no mercado internacional por um preço relativo menor do que o produzir domesticamente. Assim, este processo aumenta a oferta de bens na economia e, por conseguinte, o crescimento econômico.

No que tange as contribuições de Malthus (1996), o crescimento econômico está atrelado ao crescimento da população. Segundo ele, existe um ponto máximo onde a economia torna-se insustentável pela escassez de terras e, consecutivamente, de alimentos. Dessa forma, se a economia chega ao seu máximo e a população continua a crescer, logo terá escassez de alimentos, esse fato, por sua vez, traz inúmeras conseqüências, gerando diversos conflitos. Portanto, deve haver um controle na natalidade como forma de garantir o crescimento no longo prazo.

As teorias modernas do crescimento econômico possuem duas construções teóricas, quais sejam: i) as formadas por modelos de crescimento exógeno; ii) as que são constituídas por modelos de crescimento endógeno.

Os trabalhos precursores sobre crescimento econômico exógeno foram realizados por Roy Harrod (1939) e Evsey Domar (1946), que propuseram inserir na análise Keynesiana (em voga à época), características de crescimento econômico, com a finalidade de investigar as condições que levam um país a ter uma trajetória de crescimento estável. Isso por que, segundo eles, não haveria motivos aparentes para uma economia exibir crescimento balanceado. Os resultados similares desses trabalhos resultam no que se conhece como modelo de Harrod-Domar.

Ainda na classe do crescimento exógeno, destaca-se também o importante trabalho desenvolvido por Solow (1956). Para ele, o crescimento econômico tem um limite chamado de estado estacionário (*steady-state*). Sua teoria deu destaque para a importância do progresso tecnológico, afirmando que este seria a razão para um país ter uma trajetória de crescimento sustentável. A limitação do modelo é que essa tecnologia é considerada como sendo exógena, portanto, melhorias tecnológicas ocorrem de maneira *ad hoc* e a uma taxa constante. Assim, no longo prazo, os países crescem à mesma taxa de crescimento de progresso técnico. Todavia, as implicações sobre as diferenças observadas em variadas tecnologias e produtos distintos, inicialmente ficaram sem resposta.

Estes aspectos importantes foram suspensos até o surgimento dos modelos de crescimento endógeno que foram impulsionados a partir da década de 1980 com os trabalhos de Romer (1986) e Lucas (1988), que buscaram compreender os fatores que atuavam por trás do progresso tecnológico destacado por Solow (1956).

Em 1986, a partir do modelo de Solow, Romer torna endógeno o progresso tecnológico ao introduzir no modelo a busca de novos conhecimentos. Para ele, os empresários estavam sempre buscando novas ideias para inovar seus processos produtivos com vistas a aumentar os lucros. Assim, o trabalho efetivo é determinado pelo efeito de transbordamento de conhecimento, nesse contexto, a taxa de crescimento da economia no longo prazo é direcionada inicialmente para a acumulação de conhecimento e, como ocorre o efeito transbordamento, esse novo conhecimento de uma firma, acaba gerando encadeamentos positivos para a produção tecnológica de outras firmas, de modo que, no agregado, toda a economia é beneficiada com maior grau de crescimento econômico.

Por sua vez, Lucas (1988) propõe um modelo em que o capital humano serve de motor para o crescimento econômico. O capital humano, é entendido como trabalho qualificado e o produto final da economia é gerado com capital humano e físico. Ao incluí-lo no modelo, ele constata que a mão de obra das mais variadas economias tem diferentes níveis de qualificação, logo, isto sugere trajetórias diferentes de crescimento entre as economias. Ele trabalha com dois enfoques: educação (*human capital*) e o aprender fazendo (*learning by doing*).

O primeiro, sugere que o nível de capital humano de um indivíduo no futuro é afetado por sua trajetória em várias atividades ao longo do tempo, cada qual afeta sua produtividade no presente e tem reflexos no futuro. O segundo, indica que à medida que o trabalhador se dedica à produção de um determinado bem, com o passar do tempo, ele consegue se especializar na

produção, assim, toda a acumulação de capital humano é resultante do chamado “aprender fazendo”. Portanto, à medida que forem produzidos muitos bens, isso facilita a abertura de novas possibilidades em termos de interação econômica com outras nações e o processo de crescimento econômico é intensificado.

Das interpretações da teoria do crescimento endógeno, surge o modelo “AK” proposto por Romer (1987) e Rebelo (1991), que, deduzido a partir do modelo original de Solow (1956), procura mostrar como a eliminação dos retornos decrescentes do capital podem guiar ao crescimento econômico no longo prazo. Além disso, o modelo leva em consideração a influência das políticas econômicas na determinação da taxa de crescimento econômico de longo prazo. A conclusão principal é que a taxa de crescimento do produto é igual à taxa de crescimento do estoque de capital. Dessa forma, os formuladores de políticas governamentais conseguirão aumentar a taxa de crescimento da economia de forma permanente, aumentando a taxa de investimento.

No entanto, diversos economistas seguiram uma via alternativa para explicar o crescimento econômico, assumindo que o papel das instituições e o caminho de dependência (*path dependence*) são fundamentais para entender o processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos países. O papel das instituições como determinantes do crescimento permanecia ofuscado devido ao empenho em outros determinantes como capital físico e humano e o progresso tecnológico, até a retomada do institucionalismo com Douglass North.

Como um dos grandes expoentes da teoria, North produziu na década de 1990 inúmeros artigos que relacionam crescimento econômico e mudança institucional dos países e trouxe novos olhares para o debate. Recentemente, Daron Acemoglu e outros pesquisadores têm se empenhado em perspectivas que relacionam o papel das instituições e a distribuição do poder na sociedade com o crescimento econômico das nações. É sobre essas teorias, que em conjunto com interpretações anteriores, compõem a Teoria Institucionalista que será tratada na próxima seção.

1.2. Teoria institucionalista e desempenho econômico

O grande foco da teoria institucionalista é sobre o papel que as instituições exercem no comportamento dos indivíduos e, por conseguinte, no desempenho econômico. Determinar a

origem das instituições não é uma tarefa fácil, isto ocorre pois desde o início dos tempos já eram encontradas instituições, como regras e normas de comportamento na sociedade, por exemplo, no início dos relatos bíblicos, entre os Hebreus, já se encontrava uma sociedade pastoral específica com regras particulares. O que se pode afirmar é que, todas as origens das instituições são traçadas historicamente onde se tem registros (NEALE, 1987).

Entretanto, como a finalidade desta pesquisa não é tratar da origem das instituições, mas sim da teoria institucionalista, parte-se, portanto, para a gênese do nome desta escola de pensamento econômico. O termo “Economia Institucional” foi sugerido por Hamilton pela primeira vez em 1919 com o objetivo de reunir os trabalhos teóricos e aplicados à época que tinham como foco o papel das instituições para explicação de fenômenos econômicos. O termo foi bem aceito pela academia e passou a agrupar toda discussão que observa a sociedade como algo complexo que evolui a partir de mudanças que ocorrem na estrutura institucional em que ela está inserida.

A relevância da economia institucional parte do princípio da descoberta de que instituições são arranjos sociais capazes de serem modificados, ao contrário do que se postulava anteriormente no âmbito da economia de livre mercado, onde este age por si só, tomando os fenômenos como imutáveis e inflexíveis (HAMILTON, 1919).

De acordo com Commons (1931) a dificuldade em definir um campo de atuação para a Economia Institucional é a própria definição incerta do que é instituição. Para ele, por vezes pode ser um sistema de leis ou direitos naturais no qual indivíduos agem como internos. Às vezes, pode significar o comportamento dos indivíduos. Pode também ser qualquer coisa do ponto de vista dinâmico, ao invés de estático. Enfim, todas as essas questões estão, direta ou indiretamente, dentro do escopo da economia institucional.

Segundo Samuels (1995), o conceito de instituição é muito vasto e para ser melhor entendido, deve ser analisado dentro do contexto teórico pertencente. Apesar das abordagens institucionalistas terem como foco o papel das instituições, elas possuem enfoques diferenciados que são, por vezes, inconciliáveis.

Para o autor, as abordagens institucionalistas possuem um núcleo teórico definido, entretanto, nem sempre convergem entre si e a divergência ocorre desde a definição de instituição que é heterogênea em cada vertente. Entretanto, ele enfatiza que isso não é ruim ou motivo para enfraquecer uma ou outra, pelo contrário, aumenta a contribuição teórica de cada abordagem e torna o campo extremamente valioso.

Contudo, existe alguns requisitos para se ter uma análise de cunho institucionalista, como salienta Conceição (2002), elas devem incluir o conceito de dependência de trajetória (*path dependence*) e reconhecer que o processo de crescimento e desenvolvimento econômico envolve em seu ambiente diversas disputas, conflitos e incertezas.

Dessa forma, para um bom entendimento da teoria institucionalista é necessário observar a definição de instituição presente em cada abordagem e identificar as diferenças teóricas das vertentes, a saber: i) Institucionalismo Original; ii) Nova Economia Institucional.

1.2.1. O institucionalismo original: as origens do pensamento institucionalista

A Economia institucional teve início nos Estados Unidos da América por volta das duas últimas décadas do século XIX, quando os primeiros estudiosos se depararam com um mundo em crescente industrialização e elevada mudança socioeconômica e, neste contexto, iniciaram suas análises. Aos poucos surgiram as ideias centrais dessa vertente no que diz respeito à instituição, hábitos e às modernas ideias de cultura (MAYHEW, 2017).

O velho institucionalismo ou institucionalismo original como ficou conhecido, tem como principais expoentes: Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchel. Se desenvolveu a partir de uma forte crítica à teoria neoclássica, principalmente às suas análises reducionistas e estáticas, com enfoque no equilíbrio estável ao invés da mudança e transformação (LOPES, 2013).

Além disso, eles concentram suas análises na importância das instituições partindo da economia evolucionária. E, o que os torna evolucionários, é justamente a crítica à teoria neoclássica no que concerne, por exemplo, à recusa da economia em equilíbrio e dos ajustes marginais. Eles visualizam a economia como um processo em constantes modificações que envolvem uma diversidade de conflitos (CONCEIÇÃO, 2000).

De acordo com Hodgson (2017), na abordagem institucionalista existe vários tipos e níveis de análise. Sempre partindo de ideias gerais, como: a atividade humana ou a natureza dos processos econômicos, para relações mais específicas e particulares, por exemplo, no âmbito das instituições econômicas.

Um ponto forte dos primeiros institucionalistas é a crítica a teoria neoclássica, que além das citadas, advém da própria concepção de indivíduo. Para os neoclássicos o indivíduo é imutável dentro da sociedade. Veblen (1919) aponta que essa visão é equivocada e que o

indivíduo é resultado de sua formação, a cultura onde ele está inserido acaba por ter grande influência na sua constituição, isto é, são formados e reformados no processo histórico de evolução.

No entanto, apesar desses traços culturais terem fortes influências no comportamento dos indivíduos e, portanto, nas instituições, não significa dizer que elas sejam imutáveis. As instituições mudam, ainda que de maneira muito gradual no tempo e as custas de muitas crises e conflitos, levando a modificações nas atitudes e ações dos indivíduos. Mesmo podendo persistir por longos períodos, as instituições estão sujeitas a rupturas e consequentes mudanças nos hábitos de pensar e de agir que são, cumulativamente reforçados, numa noção de evolução (CONCEIÇÃO, 2000).

Assim, instituição é resultado de uma situação presente que molda o futuro, através de um processo seletivo e coercitivo, guiado pela forma como os indivíduos observam as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista. Portanto, as instituições emergem dos indivíduos e as regras somente funcionam porque são incorporadas aos hábitos cotidianos (VEBLEN, 1909).

Segundo Commons (1931), instituição é uma ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual. Para ele, a unidade de medida usada pelos economistas institucionalistas é a transação entre duas partes, tal como era a mercadoria produzida pelo trabalho para os economistas clássicos. As transações ocorrem entre duas partes interessadas, os participantes são controlados e liberados por regras de funcionamento que auxiliam no processo de troca.

Já Mitchell (1950), define instituição como um termo adequado para capturar os hábitos sociais mais predominantes no qual reside um alto padrão de comportamento. De outro modo Hamilton (1932) diz que uma instituição passa por uma forma de pensamento que está inserida nos hábitos e costumes de um povo e, além disso, as instituições definem um limite às atividades dos indivíduos.

Nesse contexto, uma característica marcante dos primeiros institucionalistas foi o seu olhar atento para a cultura e a forma como ela dita os rumos de uma sociedade, visto que ela define por hábitos e normas de comportamento, o certo e o errado e, também, o proibido e o permissível. Desse modo, a cultura de um povo é uma ação coletiva, uma linguagem que é entendida por aqueles que fazem parte do grupo. Portanto, as instituições, ao dizer o que o indivíduo pode ou não fazer, acaba limitando suas escolhas (NEALE, 1987).

A contribuição de Veblen, apesar de quase um século depois, continua com alta relevância, pois suas obras são filosoficamente sofisticadas e sempre estiveram muito além do seu tempo. Ademais, a própria tentativa de inspiração pela teoria evolucionária também trouxe novos rumos para as ciências sociais e comportamentais como um todo. Os estudos de Commons sobre as bases jurídicas do capitalismo, foram bastante impactantes para demonstrar o papel dos tribunais e das legislações que viriam a garantir os direitos de propriedade, atuação no mercado, instituições financeiras, entre outros (HODGSON, 2017).

O forte interesse pelas discussões de cunho institucionalista se manteve com o passar do tempo e outros autores consideraram a necessidade de aprofundar algumas questões propostas por Veblen, tais estudos marcam desde 1940 e continuam até os dias atuais em uma abordagem heterodoxa¹ e, portanto, a forte crítica a teoria neoclássica continua.

De acordo com Samuels (1995), os institucionalistas não têm intenção em contribuir para a teoria neoclássica. Alguns são especialistas em áreas de estudo particulares, como as análises evolucionárias e a teoria da organização e tecnologia, esses assuntos exigem modelos e métodos de análise diferentes da abordagem neoclássica, embora possam fazer algum uso de conceitos originalmente desenvolvidos pelos neoclássicos, como os custos de transação. Além disso, eles enfatizam aspectos ignorados por muitos economistas ortodoxos, como os trabalhos empíricos e teóricos de outras disciplinas, que lhe conferem um caráter multidisciplinar.

De acordo com Conceição (2002), o processo histórico é importante e deve ser levado em consideração na formulação das ideias e políticas econômicas. Nesta abordagem recente, o mercado é visto apenas como um guia da economia, pois, quem de fato determina a alocação em qualquer sociedade é sua estrutura organizacional, ou seja, as instituições. Neste contexto, o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes. Esse ponto, já indica uma forte crítica a teoria neoclássica, além disso, eles reprovam o individualismo metodológico, que consiste em tratar indivíduos como independentes, com suas preferências dadas. Pois, para eles, a realidade mostra que os indivíduos são culturalmente interdependentes e, portanto, devem ser analisados a partir de uma metodologia coletiva.

Um dos grandes dessa geração atual é Geoffrey Hodgson, o qual, situa as instituições como substância da vida social, pois grande parte da interação e da atividade do indivíduo está

¹Essa vertente que dá seguimento as ideias dos institucionalistas originais recebe vários nomes nas literaturas recentes, tais como: i) Neo-Institucionalismo; ii) Institucionalistas Contemporâneos; iii) Economia Política Institucionalista, entre outros.

estruturada em termos de regras, quer sejam explícitas ou implícitas. Assim, instituições são sistemas de regras sociais duradouros que são estabelecidas e incorporadas as estruturas de interações sociais e, inclui: normas de comportamento e convenções sociais, bem como, regras legais (HODGSON, 2006).

A durabilidade das instituições, aponta o autor, acontece justamente por criarem estruturas estáveis e melhorarem as expectativas dos agentes econômicos, além de manterem certo ordenamento das atividades sociais. As instituições tanto restringem quanto ativam comportamentos individuais, pois as regras implicam em restrições nas escolhas particulares. Para os indivíduos, entender e seguir as regras sociais tem relação direta com incentivos e desincentivos de praticá-las e também diz muito sobre a avaliação e interpretação que ocorre num processo de interação social. Assim, as instituições dependem das atividades de cada ser humano, atuando de forma a restringir e moldar suas ações. Essas características desenvolvem um caráter de auto reforço e autopropetuação. Elas eternizam-se por que restringem e moldam os interesses individuais e criam uma base para sua existência nas muitas mentes que influenciam com suas convenções.

Também sobre forte influência de Veblen, Neale (1987) define instituições como hábitos e costumes que permite que as pessoas possam agir com um alto nível de confiança em suas expectativas sobre como outros indivíduos responderão às suas atitudes. Em outras palavras, as instituições dão sentido às ações dos indivíduos fazendo com que cada um seja respeitado mediante o outro, isto é, as ações das pessoas refletem e são moldadas por regras e relacionamentos herdados culturalmente e desenvolvidos socialmente. Além disso, instituições não existem por si só, mas se encaixam estruturas institucionais de modo que a mudança nas regras de uma, implica que as regras de outras devem ser adaptadas.

O autor também alerta para os problemas de interpretação das instituições que ocorre, pois, uma instituição não é algo simples de ser visto e compreendido. Trata-se de uma forma de subdividir a organização social e cultural de uma sociedade para que seus integrantes possam interagir da melhor maneira possível. Além disso, a identificação de uma instituição, deve ter três características: i) existem várias pessoas praticando, o padrão institucional como hábito socialmente padronizado não exclusivo a um indivíduo; ii) existem regras garantindo às atividades, a estabilidade e a ordem; iii) há um senso comum, uma visão cultural enraizada historicamente que acompanha os indivíduos e que influenciam nas suas escolhas.

Já na perspectiva de Dequech (2017), as instituições são sistemas de regras comportamentais que são compartilhadas pela sociedade, ou seja, são pertencentes a um mesmo ambiente social e que se prolonga ao longo do tempo. Vale salientar que são instituições apenas as regras que forem cumpridas, caso contrário, não podem ser consideradas. As regras são fundamentais para se compreender a relação entre o conceito e a teoria que envolve as instituições. O autor propõe um conceito que traz uma dimensão mais comportamental para o termo, isso significa que as regras do próprio pensamento são consideradas como instituições em modelos mentais de conduta humana.

Por fim, para essa geração que dá sequência aos estudos dos institucionalistas originais, as instituições mudam como resposta às novas tecnologias, elas mudam dentro de determinado contexto de regras e critérios, adaptando algumas e criando novas, por exemplo: a mudança na natureza da corporação com o advento da ferrovia. Além disso, circunstâncias geradas dentro de uma cultura, podem ser também fonte de uma mudança institucional, tais como as experiências históricas das colônias europeias (NEALE, 1987).

Nos anos recentes, se desenvolveu uma expansão dos estudos institucionalistas, que ficou conhecido como Nova Economia Institucional (NEI), que possui alguns pontos em comum com o pensamento neoclássico e, por isso, se afasta relativamente dessa vertente apresentada.

1.2.2. Nova economia institucional: uma expansão na compreensão das instituições no processo de crescimento econômico

A Nova Economia Institucional (NEI) começou a tomar forma, ainda que vagamente, a partir da década de 1970 e, décadas depois, a vertente produziu quatro prêmios Nobel² e impactou de forma significativa debates políticos e econômicos sobre diversos prismas. Muitos autores foram importantes para a evolução da NEI, principalmente: Ronald Coase, Douglass North e Oliver Williamson que transformaram as instituições em poderosas ferramentas conceituais e analíticas³.

²São eles: Ronald Coase (1991), Douglass North (1993), Elinor Ostrom (2009) e Oliver Williamson (2009).

³Apesar de pertencerem a mesma vertente do institucionalismo, eles possuem focos distintos e diferentes abordagens. Enquanto Coase e Williamson analisam os direitos de propriedade e os contratos no nível empresarial. North, se preocupa com os ambientes institucionais mais amplos e o papel do Estado.

Ainda que a NEI tenha se aproximado do *mainstream* neoclássico, algumas suposições incomodaram os seus fundadores, por exemplo: a informação perfeita e o intercâmbio instantâneo e sem custos. Os novos institucionalistas, como são conhecidos, também questionaram as suposições gerais de que taxas diferentes de crescimento econômico entre os países, são, puramente, resultado de diferentes dotações de recursos, taxas de investimento e adoção de novas tecnologias (MÉNARD, SHIRLEY, 2014).

Existem três conceitos fundamentais na categoria de análise da NEI que compõe o núcleo sob a qual está ancorada, são eles: i) custos de transação; ii) direitos de propriedade; iii) contratos.

O primeiro, surgiu com Ronald Coase (1988) quando começou a se questionar sobre a existência da firma em uma economia. Para ele, ainda que a produção seja descentralizada em contratos individuais, as transações envolvem custos. A firma enquanto organização surge para interferir nas operações de mercado de modo que seus custos sejam cada vez menores e ela consegue a redução desses custos à medida que barganha entre os muitos proprietários dos fatores de produção. Posteriormente, Coase (1992) argumentou que os custos de transação influenciam profundamente não apenas firmas de forma individual, mas o tamanho e as atividades de toda a economia, pois se os custos de transacionar forem maiores que os ganhos oriundos da troca, não vale a pena fazer o intercâmbio, logo, no agregado, toda a produção é prejudicada.

O segundo conceito corresponde ao direito de propriedade. Os novos institucionalistas partem da visão desenvolvida por Alchian (1965) em que direitos de propriedade são um conjunto de direitos para tomar ações permissíveis, transferir, explorar ou desfrutar de propriedade. Estes direitos são garantidos por lei, mas também são impostos por costumes sociais disseminados culturalmente.

O terceiro conceito central da NIE são os contratos. No contexto do paradigma neoclássico, contratos são acordos entre partes, completos e compatíveis, além de perfeitamente aplicados. Williamson (1971) frisou a questão dos contratos incompletos. Para ele, o oportunismo, ou seja, a ideia de tirar vantagem do outro no processo de troca é plenamente possível, principalmente quando estas envolvem altas quantias, algo que os neoclássicos não consideram. Assim, o contrato seria um acordo entre duas partes, comprador e vendedor, definidos por preço, especificidades do produto e etc. Dado o caráter oportunista que é inerente

a raça humana, se faz necessário regras para fazer cumprir os contratos da forma mais leal possível para proteger as transações e os direitos de propriedade.

Existem ainda outros conceitos desenvolvidos pela NEI que compõe suas análises, mas, de modo especial, esses três constituem seu núcleo teórico e o fazem ter um paradigma diferenciado, sobretudo, rompendo com alguns conceitos da abordagem ortodoxa, uma vez que rejeitam os pressupostos neoclássicos de informação e racionalidade perfeita e a ideia que de os custos de transação são nulos (MÉNARD, SHIRLEY, 2014).

Neste momento, já cientes do campo e da abordagem da Nova Economia Institucional, veremos na sequência as contribuições de um dos grandes autores dessa vertente, cujas contribuições alicerçam essa pesquisa, Douglass North (1920-2015). Ele foi o primeiro a apontar que as instituições são determinantes chave do processo de crescimento e desenvolvimento econômico das nações.

A preocupação de North consiste em tentar explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países, procurando entender quais fatores conduzem a convergência e quais a ampliam em termos de desempenho econômico. A chave dessa questão está na evolução das instituições. Assim, para explicar o funcionamento da sociedade como um todo, ele constrói uma teoria das instituições, partindo da combinação de uma teoria de comportamento humano e da teoria dos custos de transação (NORTH, 1990).

Pela definição de North (1991), as instituições são restrições que orientam o comportamento das pessoas, resultando na melhora da convivência de toda sociedade. São classificadas em duas categorias: i) do tipo formal, ou seja, formalizadas em documentos escritos na forma de regras, leis e na constituição que em geral são impostas pelo Estado; ii) do tipo informal, isto é, moral, como regras de comportamento que são consolidadas pelo hábito e pela cultura de uma sociedade e, com isso, são respeitadas sem que os indivíduos se deem conta. Essas regras, as pessoas aderem para melhor conviver socialmente.

Diante dessa perspectiva, Piaia (2013) ressalta que as instituições formais e informais se complementam na criação dos resultados econômicos. Assim, qualquer medida ou projeto, para que seja eficiente, deve levar em consideração a interação já existente no cerne de ambas.

Segundo North (1990), as instituições de um país atuam como um juiz em jogo qualquer, isto é, no jogo existem regras formais (por escrito) e também códigos de conduta comumente subentendido que respaldam e dão suporte às regras formais. A finalidade das regras é não machucar o jogador adversário, porém, quando as regras e os códigos são

quebrados, aplica-se uma penalização. Neste contexto, ele afirma que o mesmo ocorre nas instituições de um país, quando um indivíduo não obedecer às regras formais e informais, ele sofre punições por ter desobedecido.

Portanto, como em um jogo qualquer os jogadores buscam não infringir as regras com receio à punição, essa condição também deve ser aplicada no que se referem às instituições de uma nação, elas devem ser suficientemente fortes para que os indivíduos pensem bem antes de violá-las. Nessa analogia, assim como um bom juiz faz com que as regras sejam cumpridas de modo que ocorra um bom jogo, também as instituições moldam todo o caráter da dinâmica econômica, de maneira que boas instituições incentivam a cooperação dos agentes e reduzem os conflitos (NORTH, 1990).

Segundo North (1991), a estrutura institucional de uma sociedade é formada pelas interações humanas e, portanto, são suscetíveis de mudanças. Uma vez que são as instituições responsáveis por fornecerem os incentivos aos indivíduos, se elas se modificam, ocorre um efeito encadeado que altera todo o ambiente institucional do país e a direção da economia como um todo, é afetada. A depender da amplitude da transformação, pode conduzir em direção ao crescimento, estagnação ou declínio do país. De acordo com Wallis (2014), as instituições mudam quando há ganhos em fazê-lo, todavia, persistem por conta dos altos custos que envolvem suas modificações.

Neste contexto, fica claro que o papel das instituições seria o de reduzir as incertezas existentes, criando estruturas estáveis que deixe mais uniforme a interação entre os indivíduos. Todavia, isso não significa que a estrutura institucional seja eficiente ou que não se modifique, pelo contrário, os diferentes padrões de desenvolvimento dos países encontram explicação nos processos de evolução de suas instituições, de forma que determinadas instituições conduzem a desempenhos favoráveis e outras não (TOYOSHIMA, 1999).

Assim, para que se possa ir mais longe à busca por novos desenvolvimentos, se faz necessário o reconhecimento do papel que as instituições exercem no desempenho da economia, instituições não apenas de natureza econômica, mas também política e social (FIANI, 2002).

De acordo com Gala (2003), muitos teóricos do crescimento econômico acreditam que a chave para a falta de crescimento consiste no avanço tecnológico e na acumulação de capital. Para North (1991), o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas mudanças institucionais, ou seja, o cerne da questão está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem as atividades, nesse sentido, são as condições

institucionais do país que permitem o maior ou menor avanço nesses processos. Logo, a grande distância que ele observa entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre matrizes institucionais que em problemas de acesso às tecnologias.

Conforme North (1998), no âmbito econômico, as organizações são tratadas normalmente como firmas, que utilizam a matriz institucional para alcançar seus objetivos. Se essa matriz estimula os ganhos produtivos, as empresas e organizações serão promotoras do desenvolvimento. Todavia, caso não estimulem esses ganhos, as empresas procurarão manter sua subsistência através de atividades pouco férteis. Esta matriz influencia diretamente o desempenho econômico dos países reduzindo os custos de transação, portanto, instituições que levam a um desempenho favorável da sociedade seriam aquelas que conseguissem reduzir os custos de transação.

O argumento de North (1990) é que os agentes são dotados de racionalidade limitada, isso significa que não são capazes de conter todas as informações. Os mercados são imperfeitos, de modo que as informações são conhecidas de forma assimétrica pelos agentes, por este motivo, quaisquer trocas ocorrem em situações desiguais. Além disso, todas as informações e a segurança quanto ao cumprimento dos termos de troca, envolvem um custo de transação. A existência desses custos implica o surgimento de instituições de naturezas variadas que vão permitir a redução desses custos, de forma que os agentes maximizem seus ganhos. Portanto, as instituições são endógenas e fundamentais para explicar o desenvolvimento das economias.

A teoria proposta por Douglass North procura responder duas questões principais: i) quando os custos em obter informações adicionais caem e, sendo as informações conhecidas pelos agentes, por que não há convergência entre as economias?; ii) dado que um país conseguiu obter uma matriz institucional que logrou êxito em reduzir os custos de transação tornando-o mais próspero, por que os países de desempenho inferior não o copiam?

A resposta para essas questões, segundo North (1990), encontra-se em dois conceitos básicos: *path dependence*⁴ e *lock in*⁵. Apesar dos conceitos não pertencerem a ele, podem ser aplicados à mudança institucional. Uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos autorreforçantes que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependence*. Assim, mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para

⁴Em tradução literal seria: “dependência de trajetória”. Trata do caminho de dependência das instituições dos países ao longo do tempo.

⁵Em tradução literal significa: “trancar/prender”. Refere-se a algo que prende internamente as instituições das nações, dificultando sua modificação.

gerar crescimento econômico, como há retornos institucionais crescentes, ou seja, tem sempre alguém ganhando, a tendência é que elas persistam, pois, mudanças na natureza das instituições ocorrem no longo prazo.

Sobre a natureza das instituições, North (1994) enfatiza que seu efeito é direto nos incentivos, pois geram expectativas nas decisões pessoais e influencia no desenvolvimento dos países. Sendo assim, as firmas que são criadas refletirão as oportunidades oferecidas pela matriz institucional. Portanto, se a estrutura institucional recompensa atividades produtivas, então organizações produtivas surgirão e se engajarão em atividades produtivas desencadeando em crescimento econômico. Por outro lado, se as instituições vigentes recompensam atividades improdutivas e fraudulentas, então organizações condizentes com essa estrutura vão surgir e aderir a essas práticas, comprometendo o crescimento no longo prazo.

Como exemplo, North (1994) utiliza a atividade de pirataria, que não é uma atividade produtiva, sendo apenas uma forma de distribuir a riqueza, por meio do roubo, mas compromete a eficiência do sistema como um todo. Esse tipo de atividade pode sobreviver, se obtiver incentivo da matriz institucional em vigência, ou seja, esse tipo de atividade pode persistir se as instituições que garantem a existência da pirataria gerar retornos crescentes (lucros).

Dessa forma, ele pretende chamar atenção para o fato de que as instituições desenvolvidas pela sociedade não são necessariamente eficientes para o bom desempenho econômico dos países. Isso ocorre, pois, dado que os arranjos institucionais são moldados, em grande parte, pelos interesses daqueles que possuem poder de barganha, supondo que o grupo que desenvolve atividades piratas tem poder de barganha na sociedade, eles irão influenciar na formação de instituições adequadas prioritariamente aos seus interesses.

Uma vez criadas às instituições, os mecanismos autorreforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento de atividades produtivas que melhorem o seu desempenho⁶.

Com efeito, Piaia (2013) argumenta que para se ter instituições eficientes deve-se considerar a trajetória histórica dos países, principalmente, o caminho das instituições, essa história é muito importante, pois o que se vive hoje são frutos de nossas escolhas no passado, e influenciam diretamente as instituições que serão criadas amanhã. Portanto, como os

⁶Vale salientar que este ponto está relacionado com os círculos virtuosos e viciosos das instituições, demonstrados por Acemoglu e Robinson (2012), os quais são discutidos mais a frente.

mecanismos autorreforçantes atuam, a ligação do passado com o presente e o futuro é dado pela história, o que significa que as instituições apresentam características de *path dependence*.

Além disso, as relações entre regras formais e informais e suas diferenças também são importantes para explicar as mudanças institucionais dos países. Como visto na própria definição de North (1991), as restrições informais são estabelecidas, em grande medida, pelos traços culturais de uma sociedade e são importantes porque modificam e dão suporte às regras formais. Nesse sentido, elas estão interligadas, sendo que as regras informais apresentam maior estabilidade ao longo do tempo porque estão enraizadas em traços culturais e, com isso, levam mais tempo para serem modificadas.

Nesse contexto, Wallis (2014) indica que as crenças e ideologias podem persistir, pois são baseadas na experiência passada da sociedade, através da cultura, e formada através de interações repetidas de muitas pessoas através de normas de comportamento. Assim, as crenças não mudam rapidamente e é extremamente difícil para os indivíduos adulterá-las. A persistência de crenças enraizadas pela cultura (instituições informais) explica o motivo de mudanças no presente frequentemente produzem resultados que dificultam, ao invés de incentivar, o crescimento e o desenvolvimento econômico.

O contrário ocorre com as regras formais, que podem ser rapidamente alteradas, entretanto, isso não significa que serão cumpridas. North (1991) alerta para a imposição de regras formais, afirmando que nem sempre é possível, quando os traços culturais são muito diferentes. Isso quer dizer que como as instituições mudam muito lentamente, não adianta impor regras formais à uma sociedade, pois os traços culturais serão fortemente confrontados.

Com toda esta teorização, North (1990) quer enfatizar que a mudança institucional é incremental. A estrutura institucional de um país vai se modificando no tempo como resultado de pequenas mudanças que vão ocorrendo nos incentivos que as pessoas recebem do ambiente, alterando, aos poucos, tanto as regras formais como as informais. Assim, as instituições dos países não são imutáveis, elas podem mudar, porém, isso acontece de forma lenta. O que reforça a ideia de que adquirir instituições que estimulem o desenvolvimento econômico não é tarefa fácil e, nem tão pouco, rápida.

As respostas para aqueles questionamentos, quais sejam: a falta de convergência dos países e a ausência de difusão do melhor arranjo institucional para que os outros países se apropriem se dá, então, pelo próprio modelo teórico de North. Um país pobre possui uma estrutura institucional ineficiente, isto é, uma que não conseguiu reduzir muito os custos de

transação (TOYOSHIMA, 1999).

Para North (1990), em toda sociedade supõe-se que as instituições sejam criadas para reduzir incertezas de forma que os indivíduos consigam melhorar seus resultados, identificando as melhores alternativas nos processos de trocas. Em uma economia cuja estrutura institucional é pouco desenvolvida, as incertezas são maiores, os indivíduos não conseguem identificar as melhores alternativas e, portanto, não podem melhorar seus resultados.

Portanto, uma vez escolhido um caminho institucional, os rendimentos institucionais crescentes implicam que o país ficará *locked in* neste e, como a matriz institucional evolui muito lentamente, torna-se difícil para a economia sair de um caminho e trilhar outro mais eficiente. Isto é reforçado pela estrutura de poder da sociedade, pois é certo que aqueles que têm maior poder de barganha irão se opor às mudanças, iniciando um caminho de dependência (*path dependence*). Para ele, o desempenho persistentemente pobre dos países do Terceiro Mundo é explicado pela evolução de suas matrizes institucionais, ou seja, são pobres justamente por que tem instituições ineficientes que não estimulam atividades produtivas que incentivam o crescimento econômico.

De outro lado, um país desenvolvido que possui uma estrutura institucional eficiente, de certo modo conseguiu reduzir as incertezas do mercado e, por sua vez, reduziu os custos de transação. Logo, em uma economia desenvolvida, os mecanismos autorreforçantes (*lock in* e *path dependence*) não se verificam e o país em questão consegue lograr maior crescimento e desenvolvimento econômico. Essas questões, de acordo com o modelo de North (1990), mostram por que os países não irão necessariamente convergir e, por que, os países em desenvolvimento não conseguem simplesmente imitar os países desenvolvidos e suas instituições eficientes promotoras da prosperidade.

Avançando nessa compreensão, North (1994) começou a perceber que reformas institucionais de cunho mais radical eram difíceis de serem implementadas, pois eram limitadas pelas crenças que a sociedade herda e que isso tem efeito no caminho de dependência (*path dependence*). Neste raciocínio, a natureza das crenças e culturas profundamente enraizadas fazem com que as instituições fiquem presas nesta estrutura e é por isso que o subdesenvolvimento tem sido tão persistente na maior parte do mundo e por que esforços para reformar importando regras, leis e constituições de outros lugares tem falhado.

Neste pensamento, resulta uma nova questão pois agora ele passou a se questionar sobre o que determinava então as crenças e cultura em uma sociedade, já que as normas e regras

resistem às mudanças justamente por causa dos traços culturais enraizados historicamente. Para avançar nessa análise, ele recorre a ciência cognitiva e aos modelos mentais de comportamento human. Contudo, esse conteúdo está além das discussões no âmbito dessa pesquisa⁷.

Portanto, instituições mudam como resultado de incentivos a partir de interações sociais e persistem no tempo por causa da dependência de caminho (*path dependence*) e dos custos de transação de alterá-los, além da lenta mudança de crenças e ideologias. Assim, todas as sociedades devem lidar com o constante debate sobre as mudanças nas regras formais e informais que estruturam a coordenação entre indivíduos. O processo de mudança institucional contínuo decorre da natureza dos seres humanos (WALLIS, 2014).

Com o passar do tempo, aponta o autor, as implicações da análise institucional de North para o crescimento econômico também começaram a ter um grande impacto sobre os macroeconomistas. Os chamados novos economistas de crescimento, cada vez incluem medidas agregadas de instituições em modelos de crescimento no estilo do modelo de Solow. Esses economistas descobriram que as variáveis institucionais possuem correlações positivas fortes com o crescimento econômico das nações⁸.

Ao pontuar a importância das instituições para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países, é de grande relevância discorrer sobre as recentes contribuições de Acemoglu e Robinson (2012), acerca da teoria institucional partindo da visão de North, ou seja, sob o arcabouço da Nova Economia Institucional (NEI).

1.2.3. A construção teórica de Acemoglu e Robinson: uma abordagem recente do papel das instituições

A tese de Acemoglu e Robinson (2012) vai além das ideias de North (1990), pois reconhecem que a grande dificuldade não é definir ou mesmo apontar quais instituições levam ao crescimento e desenvolvimento econômico, mas sim como adquiri-las. Eles enfatizam que as instituições podem ser inclusivas ou extrativas.

Para serem inclusivas, as instituições precisam explorar as riquezas de um país em benefício da maioria da população e também devem incluir segurança da propriedade privada,

⁷Para se aprofundar, ver North (2005).

⁸Alguns desses estudos serão citados na seção de revisão empírica no próximo capítulo. Para saber mais, ver, por exemplo: (LAW *et al.*, 2013), (PRÓCHNIAK, 2013), (FALCHAIRE *et al.*, 2014), (NAWAZ, 2015) e (SILVA *et al.*, 2015).

sistema jurídico imparcial e um conjunto de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para as pessoas, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão. No sentido totalmente oposto, têm-se instituições extrativas, que têm como características a extração de renda e da riqueza da maioria que compõe a sociedade para benefício de outro, geralmente, de uma elite privilegiada.

Em um primeiro momento, os autores pontuam que todas as sociedades começam com instituições extrativas, em que um grupo dominante se beneficia da produção dos demais. Mas algumas conseguiram passar por uma transição e chegar às instituições inclusivas, isto é, instituições que recompensam os indivíduos igualmente. O que faz com que alguns países consigam e outros não alcançar tais instituições é uma discussão extensa que será tratada a seguir.

Para melhor compreender o papel das instituições, esta pesquisa se limita a analisar as instituições nas dimensões política e econômica. Assim, temos que:

- i) Instituições políticas inclusivas seriam aquelas que promovem a pluralidade e a centralização política, elas serão inclusivas se atenderem a um conjunto amplo de diferentes interesses e representarem uma grande diversidade de indivíduos;
- ii) Instituições políticas extrativas são criadas para proteger os interesses de uma elite privilegiada e para restringir a participação política a um grupo selecionado de pessoas;
- iii) Instituições econômicas inclusivas são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades, permitindo aos indivíduos fazerem suas escolhas;
- iv) Instituições econômicas extrativas tem como finalidade a extração de renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro, geralmente, de uma elite.

Conforme Acemoglu e Robinson (2012), a política é o processo pelo qual uma sociedade escolhe as regras que vão governá-la. A política permeia as instituições pelo simples motivo de que, por melhores que as instituições inclusivas sejam para a prosperidade econômica de cada país, para certas pessoas ou grupos, por exemplo, para a elite do Partido Comunista da Coreia do Norte, se mostra mais vantajoso estabelecer instituições extrativas, já que estas concentram renda e poder nas mãos de poucos.

Em suma, eles afirmam que sempre que houver conflito em torno das instituições, o que acontece vai depender das pessoas ou grupos que vencerem o jogo político, quem conseguir mais apoio, obtiver mais recursos e formar alianças mais eficazes. Por isso, as instituições políticas de uma sociedade são determinantes cruciais do resultado do jogo.

Além disso, existe ainda na visão dos autores, uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. Isto é, as instituições políticas inclusivas tendem a ser acompanhadas de instituições econômicas também inclusivas, o mesmo ocorre com a natureza extrativa. Com efeito, essa relação de colaboração ou a falta dela entre instituições econômicas e políticas, tendem em resultar na formação de círculos virtuosos e viciosos entre as instituições.

O mecanismo de círculo virtuoso se apresenta como um poderoso instrumento no processo de retroalimentação positivo, os autores afirmam que, uma vez estabelecidas, as instituições políticas e econômicas inclusivas tendem a ampliar as chances de que essas instituições persistam e até mesmo se expandam. Por outro lado, os círculos viciosos criam forças poderosas em direção à manutenção das instituições extrativas, ou seja, criam um poderoso processo de retroalimentação negativo, e esse movimento tende a produzir imensas desigualdades na sociedade e conferem grande riqueza e poder irrestrito para quem estiver no comando⁹.

Além disso, o estudo de Acemoglu e Robinson (2012) demonstra que a combinação de instituições inclusivas e extrativas raramente se sustenta. Instituições econômicas extrativas sob instituições políticas inclusivas dificilmente sobreviverão por muito tempo. Analogamente, instituições econômicas inclusivas não têm condições de se sustentarem nem de serem sustentadas por instituições políticas extrativas. Se isso ocorre, ou se tornam extrativas, em favor dos interesses estritos dos detentores do poder, ou a dinâmica econômica por elas gerada acaba desestabilizando as instituições políticas extrativas, abrindo caminho para a emergência de instituições políticas inclusivas.

Os autores argumentam ainda que o crescimento econômico no contexto de instituições políticas extrativas ocorre com base na alocação forçada de recursos em atividades rentáveis e, portanto, o crescimento econômico sustentável de longo prazo é possível apenas na presença de instituições políticas inclusivas. Entretanto, reconhecem que as instituições econômicas dão

⁹Vale ressaltar que essa questão dos círculos virtuosos e viciosos apontados pelos autores, se encaixa naquilo que North (1990) denominou de efeito *path dependence*, isto é, um caminho de dependência que atua sob as instituições no momento que o arranjo institucional é escolhido.

forma aos incentivos econômicos, tais como: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, inovar, e assim por diante. No entanto, é o processo político e suas instituições que determina a que instituições econômicas as pessoas serão submetidas. Assim, para eles, a política e seus mecanismos são vistos como centrais.

Todavia, Acemoglu e Robinson (2012) reconhecem que existem duas maneiras distintas, mas complementares, pelas quais o crescimento pode ocorrer sob instituições extrativas.

O primeiro, é que mesmo que as instituições econômicas sejam extrativas, o crescimento é possível quando as elites conseguem alocar recursos diretamente para atividades de alta produtividade, que elas mesmas possam controlar. Um exemplo desse tipo de crescimento sob instituições extrativas foi o das ilhas do Caribe, entre os séculos XVI e XVIII, onde a maioria da população era escrava, trabalhava em péssimas condições nas *plantations*, mal ultrapassando o nível de subsistência.

O segundo tipo de crescimento, sob instituições políticas extrativas, ocorre quando tais instituições permitem o desenvolvimento de instituições econômicas relativamente inclusivas. A medida pela qual a elite consegue monopolizar o poder varia de uma sociedade para outra. Em algumas, a posição da elite pode ser segura o bastante para que ela tolere certas iniciativas na direção de instituições econômicas inclusivas, quando têm a relativa certeza de que isso não colocará em risco seu poder político. Nesses dois casos, pode haver crescimento sob instituições extrativas, ainda que não sustentado no longo prazo.

Portanto, de acordo com Acemoglu e Robinson (2012), as instituições políticas e econômicas, que em última instância são sempre frutos de escolhas da sociedade, podem ser inclusivas, e estimular o crescimento econômico sustentado, ou extrativas, sendo um entrave ao mesmo, podendo até haver surtos de crescimento, mas que não se sustentam no longo prazo.

Assim, a dissertação usará a abordagem de crescimento econômico neoclássica, no entanto, em um modelo que inclui o papel das instituições, para tentar compreender se as instituições políticas e econômicas dos países no período de análise são inclusivas e, para tanto, conseguem engendrar um círculo virtuoso possibilitando crescimento de longo prazo sustentado. Caso contrário, se as instituições desses países são extrativas e, conseqüentemente, produzem um círculo vicioso sendo um obstáculo ao crescimento econômico dessas nações.

1.3. América Latina e Caribe: colonização, independência e democracia

A América Latina é a porção do território americano que foi colonizado por europeus a partir do século XVI. O limite do seu território ocorre na fronteira entre os Estados Unidos da América e o México, sendo que todos os territórios situados ao sul formam a América Latina. Ao estudar a região é impossível não observar o Caribe, onde existe alguns países ainda não formalmente independentes, constituído de países pequenos e de terceiro mundo, que apresentam sérios problemas assim como a América Latina, dentre eles: dependência externa, frágil estrutura institucional, pobreza e baixa qualidade de vida. Por isso, torna-se difícil deixá-los de lado quando se estuda a problemática latino-americana (ANDRADE, 1999).

Ainda assim, ressalta o autor, a região possui países com características diversas, existem países muito grandes (Brasil, México e Argentina), países grandes (Venezuela, Colômbia e Chile), países médios (Guatemala, Honduras e Uruguai), países pequenos (Costa Rica, Panamá e Haiti) e países muito pequenos (Barbados, Dominica e Granada). Essa diversificação, a princípio territorial, tem implicações em inúmeras esferas: política, econômica, cultural, social e institucional. Assim, qualquer estudo sobre a América Latina e Caribe deve ser pautado em ressalvas dada a heterogeneidade da região.

Outros autores, como Pozo (2009), também chama atenção para este fato, isto é, apesar de pertencerem a mesma região, existem grandes diferenças entre os países da América Latina e Caribe, de modo que as realizações de alguns deles não podem ser generalizadas para a região como um todo. Até mesmo os países que desfrutam de um elevado crescimento econômico, indica o autor, ocorrem frequentes crises políticas e graves desrespeitos às liberdades individuais.

O desempenho econômico da América Latina e Caribe tem chamado a atenção de diversos pesquisadores, sobretudo, por ser uma região tão rica em recursos naturais que, no entanto, vem apresentando péssimos resultados em termos de performance econômica. Um dos principais questionamentos levantados por Edwards, Esquivel e Márquez (2007) é o motivo da região ter ficado para trás, enquanto seus vizinhos do Norte se desenvolveram.

Além do mais, a desigualdade herdada do passado colonial e reproduzida no século XIX modelou profundamente as estruturas latino-americanas e continua sendo uma característica marcante dessa região, apesar das profundas transformações econômicas que ocorreram nos últimos dois séculos. Para eles, as instituições tiveram um papel importante na formação das

economias latino-americanas e, portanto, entender as instituições coloniais e o período após a independência é de extrema importância para compreender como a América Latina e Caribe ficaram para trás em relação a diversas partes do mundo. Ademais, a instabilidade política e as fragilidades no ambiente institucional, são características relevantes da região nesse período.

No tocante ao período colonial, foi a primeira região a libertar-se do domínio dos impérios europeus, processo este que foi muito mais demorado no caso da África e da Ásia. Desde o fim das guerras de independência, os estados latino-americanos começaram a tomar forma, iniciando a experiência de governo próprio. Entretanto, esse processo tem sido bastante tumultuado, pois diversos países sofreram ocupações militares e intervenções externas de vários tipos, colocando em risco sua soberania (POZO, 2009).

Após a independência, a história da região se mostra como um “fracasso parcial” ou um “sucesso incompleto”. A razão, remete à contínua situação de dependência que a América Latina e Caribe se encontram, logo, todos os controles exercidos pelos dominadores teria sido um entrave para um desenvolvimento autônomo. Para Pozo (2009), essa abordagem é parte da explicação, mas não é a única. Isto por que a dependência foi diferente em cada país e época e por que outros países também foram dependentes e conseguiram lograr um desenvolvimento posterior, como é o caso do Canadá.

Assim, para o autor, a principal explicação dos problemas da América Latina e Caribe, reside nas particularidades sociais e culturais. Uma minoria branca estabeleceu o seu domínio sobre os indígenas, negros e todas as pessoas de cor. Esse processo teve graves consequências que mudaram apenas em parte depois da independência. Uma delas tem sido a de dar origem a uma sociedade dividida não só em classes, mas também por critérios étnicos. Soma-se a isto o controle da terra por uns poucos em detrimento da grande maioria, grave e persistente problema da região. O resultado tem sido a criação de uma sociedade na qual a distância entre as elites e as massas é enorme.

De acordo com o Relatório: “A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs” do Programa das Nações Unidas (2004), a democracia é, pela primeira vez na história da América Latina, a forma de governo predominante. Todavia, os governantes acabam sendo os primeiros culpados quando os indicadores de desemprego, renda, saúde e educação começam a piorar. O panorama torna-se ainda mais complexo quando se considera que diversos fatores indispensáveis para a governabilidade democrática, tais como: liberdade

de imprensa, proteção sólida aos direitos humanos e poder judiciário independente e vigoroso, ainda precisam ser fortalecidos.

A democracia começa a alicerçar suas bases após uma época tumultuada pois, de 1960 até 1989, a região foi marcada por um período de intensas ditaduras que dominaram a maioria dos países e exerceram uma pressão sem precedentes, causando morte ou exílio de dezenas de milhares de pessoas. O ano de 1990 deu início a uma nova época na história do território, os países orientam-se conforme os princípios básicos do liberalismo. As grandes tensões têm diminuído, mas isso não significa que os problemas tenham se resolvido. A corrupção nos altos escalões é hoje um dos principais obstáculos a uma verdadeira vida democrática na região (POZO, 2009).

Apesar das crises e escândalos de corrupção, o relatório da PNUD (2004) aponta que os países da região não optaram por um retrocesso ao autoritarismo. Pelo contrário, estão dedicando apoio às instituições democráticas. E, principalmente, os residentes estão começando a distinguir entre a democracia como sistema de governo e o desempenho de determinados governantes, ou seja, não é por que um governo em específico tenha sido um desastre político e economicamente, que as bases democráticas sejam o problema disso.

Por fim, o relatório recomenda para que a democracia não enfraqueça e possa crescer, a América Latina e Caribe trabalhe incansavelmente para que as instituições democráticas, sejam transparentes, prestem contas dos seus atos e desenvolvam as aptidões e capacidades necessárias para desempenhar suas funções fundamentais. Além disso, deve proporcionar mecanismos pelos quais os poderosos, sejam eles líderes políticos, empresários ou outros atores, fiquem obrigados a prestar contas de suas ações.

Uma conclusão importante do estudo do passado econômico da América Latina e Caribe, é que a história importa. Entender a história dessa região não é apenas conhecer o seu passado, mas compreender elementos importantes para interpretar melhor os problemas atuais e, assim, poder apontar caminhos alternativos. Apesar de sua simplicidade, essa observação indica as complexidades envolvidas na compreensão das conexões fundamentais entre a história, as trajetórias de crescimento e os caminhos institucionais dos países deste território (EDWARDS, ESQUIVEL E MÁRQUEZ, 2007).

CAPÍTULO 2: DADOS E MÉTODOS

Mensurar a relação entre instituições e crescimento econômico não é uma tarefa simples e nem inédita. Nos últimos anos, diversos trabalhos foram publicados buscando entender o papel das instituições nos processos de crescimento econômico dos países. Um ponto importante ao considerar a análise empírica é saber quais são as variáveis que podem ser utilizadas para essa finalidade. Geralmente, os pesquisadores utilizam índices subjetivos que mensuram alguns pontos da qualidade das instituições dos países e combinam com algumas variáveis de controle. A seguir, pode-se verificar em alguns estudos selecionados e, posteriormente, segue a explicação da base de dados e dos procedimentos metodológicos dessa pesquisa.

2.1. Revisão empírica

Como dito anteriormente, alguns autores já se ocuparam em analisar a relação entre existente instituições e crescimento econômicos dos países em diferentes anos e com variados métodos. Em comum, todos os trabalhos estão ancorados sob os pressupostos da Nova Economia Institucional (NEI).

Arbia, Battisti e Vaio (2010) realizaram uma avaliação empírica do crescimento econômico das regiões europeias durante o período de 1991/2004, levando em consideração os efeitos espaciais das instituições e da geografia. Os resultados sugerem que as instituições estão forte e positivamente relacionadas com a taxa de crescimento da produtividade regional.

Sachsida (2011) analisou 61 países no ano de 2005 e, utilizando estatística descritiva, constatou que as boas instituições estão relacionadas com o crescimento econômico, de modo especial, às do lado econômico. Law, Lim e Ismail (2013) examinaram 60 países no período de 1996 a 2008 utilizando o teste de causalidade de *Granger* para painéis de efeitos fixos e obtiveram uma relação positiva e de bicausalidade entre instituições e crescimento. De forma semelhante, Próchniak (2013) verificou 180 países de 1993 a 2012 empregando o modelo MRW (Mankiw, Romer e Weil) e o modelo de Solow ampliado pelas instituições. A análise confirmou um impacto positivo da qualidade institucional sobre o nível desenvolvimento econômico.

Do mesmo modo, Siddiqui e Ahmed (2013) examinaram 84 países de 2002 a 2006 aplicando a análise de componentes principais (ACP) e modelos econométricos. Os resultados

sugeriram que instituições favoráveis afetam positivamente o crescimento econômico. Para 79 países desenvolvidos e em desenvolvimento no período de 1975 a 2005, Flachaire, Peñaloza e Konte (2014) utilizaram modelos OLS (*Ordinary Least Squares*) e dados em painel e obtiveram que as instituições políticas são a chave determinante de qual regime uma economia pertence, enquanto as instituições econômicas têm um impacto direto nas taxas de crescimento.

Nawas (2015) investigou 56 países de 1981 a 2010, utilizou o modelo de dados em painel estático e dinâmico e concluiu que as instituições são o fator determinante do crescimento econômico e, para ter um crescimento sustentado, a qualidade institucional precisa ser fortalecida. Similarmente, examinando 192 países no ano de 2012, Silva, Cunha, Domingos e Torres (2015) empregaram estatística descritiva e multivariada e o modelo econométrico OLS. Os resultados apontaram que, no nível agregado, as capacidades institucionais exercem um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Além disso, segundo os autores, em democracias o efeito é mais relevante.

Por fim, o trabalho de Góes (2016) analisou 119 países ao longo de 10 anos, empregou um painel de auto regressão vetorial estrutural (SVAR) e obteve resultados que apontam que choques exógenos a uma *proxy* para a qualidade institucional têm um efeito positivo e estatisticamente significativo no PIB *per capita*. Entre outras coisas, a pesquisa constatou que, em média, um choque de 1% na qualidade institucional leva a um aumento de 1,7% no PIB *per capita* após seis anos.

Diante do exposto, contata-se evidências empíricas favoráveis à relação entre instituições e crescimento econômico. Contudo, verificou-se na maioria dos trabalhos, que os autores não utilizam um critério ou um argumento teórico para definir a amostra e o período de tempo a serem estudados. Isto é, em sua maioria estes recortes são de forma *ad hoc*, mesclando países de diferentes regiões do mundo, com trajetórias de formação socioeconômica heterogênea.

Em comum, praticamente todos os trabalhos utilizam como variável dependente a taxa de crescimento do PIB e, como independentes, os índices que procuram mensurar a qualidade das instituições¹⁰, tais como: *Freedom House*, *Polity IV*, *Indicadores Mundiais de Governança (WGI – World Bank)*, *International Country Risk Guide (ICRG)* e *Index Economic Freedom* da

¹⁰Vale salientar que medir a qualidade institucional não trivial. As diversas *proxies* identificadas na literatura sugerem que, qualitativamente, a relação entre instituições e crescimento econômico é semelhante. Esse fato, aponta Góes (2016), chega a ser mais importante do que a própria magnitude da resposta na variável dependente.

Heritage Foundation e do *Fraser Institute*, além de alguns controles como, por exemplo: capital físico, capital humano, corrente de comércio, crescimento populacional, inflação, poupança, entre outros.

Dentre os estudos anteriormente citados, não foram encontradas abordagens voltada, exclusivamente, para a América Latina e Caribe com a problemática descrita neste trabalho, por isso esta é uma das justificativas dessa pesquisa.

Ademais, vale ressaltar que dada a impossibilidade de mensurar e incluir em uma investigação empírica todos os tipos possíveis de instituições que um país possui, este trabalho se limita a analisar as instituições na esfera política e econômica, por entender que esses dois componentes são essenciais no processo de crescimento econômico. Portanto, a intenção é fazer uma caracterização das instituições que remetem a esses componentes e não necessariamente defini-los. Assim, o estudo engloba dois índices que representam algumas áreas do ambiente institucional dos mesmos e serão discutidos posteriormente.

2.2. Base de dados

Embora o foco dessa dissertação seja a região da América Latina e Caribe, a análise inclui 59 países desenvolvidos e em desenvolvimento de modo que a amostra completa possa contemplar as fases do desenvolvimento. A análise percorre mais de 40 anos, correspondente ao período de 1975 a 2016. Os países estão listados abaixo de acordo com os grupos aos quais foram feitas as estimativas econométricas:

TABELA 1: PAÍSES DA AMOSTRA

Nº	Todos os países	Continente Americano	América Latina
01	África do Sul	Argentina	Argentina
02	Argentina	Bolívia	Bolívia
03	Austrália	Brasil	Brasil
04	Áustria	Canadá	Chile
05	Bolívia	Chile	Colômbia
06	Brasil	Colômbia	Costa Rica
07	Canadá	Costa Rica	El Salvador
08	Chile	El Salvador	Equador
09	China	Equador	Guatemala
10	Colômbia	Estados Unidos	Haiti
11	Coreia do Sul	Guatemala	Honduras
12	Costa Rica	Haiti	Jamaica
13	Dinamarca	Honduras	México
14	El Salvador	Jamaica	Nicarágua
15	Equador	México	Panamá
16	Espanha	Nicarágua	Paraguai

(Continuação)

Nº	Todos os países	Continente Americano	América Latina
17	Estados Unidos	Panamá	Peru
18	Filipinas	Paraguai	República Dominicana
19	Finlândia	Peru	Trinidad e Tobago
20	França	República Dominicana	Uruguai
21	Gana	Trinidad e Tobago	Venezuela
22	Grécia	Uruguai	
23	Guatemala	Venezuela	
24	Haiti		
25	Holanda		
26	Honduras		
27	Índia		
28	Indonésia		
29	Irã		
30	Irlanda		
31	Israel		
32	Itália		
33	Jamaica		
34	Japão		
35	Malásia		
36	Marrocos		
37	México		
38	Nicarágua		
39	Noruega		
40	Nova Zelândia		
41	Panamá		
42	Paquistão		
43	Paraguai		
44	Peru		
45	Portugal		
46	Quênia		
47	Reino Unido		
48	República Dominicana		
49	Senegal		
50	Singapura		
51	Suécia		
52	Suíça		
53	Tailândia		
54	Trinidad e Tobago		
55	Tunísia		
56	Turquia		
57	Uruguai		
58	Venezuela		
59	Zimbábue		

Fonte: Elaboração própria.

O crescimento econômico é medido pela taxa de crescimento do PIB *per capita* em dólares constantes de 2010. As variáveis explicativas, são: PIB *per capita* inicial, capital físico, capital humano, corrente de comércio, crescimento populacional e as variáveis que mensuram a qualidade institucional e serão descritas no próximo tópico.

O horizonte temporal de quatro décadas foi escolhido por ser um intervalo de tempo relativamente extenso para mostrar no longo prazo ou, pelo menos no médio prazo, relações entre as variáveis envolvidas. Além disso, a própria teoria institucionalista sugere que as mudanças institucionais são lentas e ocorrem num período de tempo mais longo, assim, para obter resultados confiáveis, é necessário considerar um período de tempo extenso.

Um aspecto metodológico importante refere-se à potencial endogeneidade¹¹ das variáveis institucionais, porque elas podem ser influenciadas pelo nível de desenvolvimento do país. A endogeneidade é comum neste tipo de aplicação, pois, as boas instituições influenciam positivamente o crescimento econômico dos países, entretanto, um maior nível de crescimento econômico pode fazer com que as nações desenvolvam instituições mais eficazes.

Quando uma das variáveis explicativas é determinada conjuntamente com a variável dependente, estamos diante de uma das formas de endogeneidade das variáveis explicativas, a simultaneidade, que ocorre quando uma das variáveis explicativas é determinada pela variável explicada no modelo, sendo assim, há uma quebra da exogeneidade contemporânea entre a variável resposta e as covariáveis.

Assim, adotamos os regressores defasados em cinco anos, isto é, em $n - 5$, para mitigar o problema da endogeneidade por simultaneidade. A lógica desta estratégia baseia-se no pressuposto de que as instituições do passado podem afetar a atual taxa de crescimento da renda *per capita* e, ao contrário, a atual taxa de crescimento não pode determinar as instituições do passado. O mesmo raciocínio é estendido para as variáveis de controle do modelo.

2.3. Descrição das variáveis

A descrição das variáveis utilizadas nas estimações, bem como a fonte de coleta dos dados são descritas abaixo e resumidas em um quadro no fim desta seção. A escolha das *proxies* para cada variável se deu após vasta consulta na literatura empírica com foco nos determinantes do crescimento econômico das nações. Como a maioria das variáveis já são conhecidas, a ênfase na explicação será dada nos índices que mensuram a qualidade das instituições políticas e econômicas.

¹¹São três as principais fontes da endogeneidade: i) Variáveis omitidas; ii) Erros de mensuração; iii) Simultaneidade.

- 1) Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB *per capita* em dólares constantes de 2010 (Growth): Isto é, a taxa de crescimento do PIB por pessoa convertido em dólares de 2010, será usada como *proxy* para crescimento econômico.

As variáveis explicativas usadas neste trabalho foram as seguintes:

- 1) PIB *per capita* inicial (PIBpc_5): De acordo com a análise teórica, a relação entre a taxa de crescimento do PIB *per capita* e o nível inicial do PIB *per capita* deve ser negativa, tal fenômeno confirma a existência de convergência condicional de renda.
- 2) Capital fixo (Cf_5): Utiliza-se como *proxy* o estoque de capital a preços correntes em PPP (em milhões de US\$ de 2011¹²), que é uma medida do capital de uma economia existente em um determinado momento, crucial para a capacidade produtiva, baseado em informações para: estruturas, máquinas, equipamentos de transporte e outros ativos.
- 3) Capital humano (Ch_5): Emprega-se como *proxy* o índice de capital humano, baseado em anos de escolaridade e retorno à educação.
- 4) Corrente de comércio (Cc_5): Usa-se como *proxy* o comércio de mercadorias (% do PIB), que é a soma das exportações e importações de mercadorias dividida pelo valor do PIB, todas em dólares americanos correntes.
- 5) Crescimento populacional (Gpop): Utiliza-se o crescimento populacional (% anual), que é a taxa de crescimento anual da população. A população conta todos os residentes, independentemente do status legal ou da cidadania.
- 6) Instituições políticas (Ip50_5): Emprega-se como *proxy* o índice realizado pela *Polity IV*¹³.
- 7) Instituições econômicas (Ie_5): Utiliza-se como *proxy* o relatório anual do Instituto de pesquisas econômicas *Fraser Institute*¹⁴.

¹²Para fins de comparações entre países, a versão 9.0 da PWT é baseada nos preços do novo benchmark do ICP (International Comparison Program) de 2011 que ficou disponível em 2014.

¹³Iniciado no fim dos anos 1960 por Ted Robert Gurr, o estudo é então continuado por Monty G. Marshall e patrocinado pela Força-Tarefa de Instabilidade Política (PITF). O PITF é financiado pela Agência Central de Inteligência.

¹⁴O instituto de economia Fraser sediado no Canadá, tem como missão medir, estudar e comunicar o impacto dos mercados competitivos e intervenção do governo sobre o bem-estar dos indivíduos. A pesquisa é feita de forma independente e é revisada por pares, sendo supervisionada por um Conselho Editorial dos principais estudiosos internacionais.

No que concerne às instituições políticas, o conjunto de dados *Polity IV* abrange todos os principais estados independentes que possuem uma população total de 500.000 ou mais no ano mais recente e está disponível no período de 1800 a 2017¹⁵. Atualmente, o índice abrange 167 países, monitora constantemente mudanças de regime e fornece avaliações anuais das características e atualizações dos regimes das nações.

O índice engloba um espectro de autoridade governamental que abrange desde autocracias plenamente institucionalizadas, regimes de autoridade mistos (denominados anocracias), até democracias plenamente institucionalizadas. Assim, o índice é composto por dois indicadores, um referente a democracia e o outro relacionado a autocracia.

Para a *Polity IV*, uma democracia madura e internamente coerente, pode ser definida como aquela em que a participação política é irrestrita, aberta e totalmente competitiva, ou seja, existem instituições através das quais os cidadãos podem expressar preferências eficazes sobre as políticas e líderes alternativos. Além disso, a garantia das liberdades civis para todos os cidadãos em suas vidas diárias e em atos de participação política estão presentes, bem como o Estado de direito, a liberdade de imprensa e assim por diante.

Do mesmo modo, a *Polity IV* considera uma autocracia institucionalizada ou regime autoritário tem como base a falta de competição política regularizada e a restrição às liberdades. Em sua forma madura, autocracias acentuadas restringem e até mesmo suprimem a participação política competitiva, seus principais executivos são escolhidos em um processo de seleção dentro da elite política e, uma vez no cargo, exercem o poder com poucas limitações institucionais.

Em ambos indicadores, o resultado vai de 0 a 10, onde zero indica ausência de democracia ou autocracia e dez aponta uma democracia ou autocracia máxima. Portanto, a *Polity IV* mede o grau de democracia e de autocracia separadamente e combina as duas medições em um único indicador de valor agregado que varia de -10 (fortemente autocrático) a +10 (fortemente democrático) e representa o tipo de regime em todas as suas facetas democráticas e não-democráticas.

Na tabela a seguir pode-se visualizar a composição dos indicadores que dão forma ao índice da *POLITY IV*:

¹⁵Todavia, nem todos os países possuem essa cobertura, alguns só iniciam posteriormente e outros só cobrem alguns anos.

TABELA 2: FORMAÇÃO DO ÍNDICE *POLITY IV*

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE DEMOCRACIA E AUTOCRACIA ¹⁶	
DIMENSÃO	CATEGORIAS ¹⁷
Democracia	1) Competitividade da participação política; 2) Abertura do recrutamento executivo; 3) Competitividade no recrutamento executivo; 4) Restrições sobre o executivo-chefe.
Autocracia	1) Competitividade da participação política; 2) Regulamento de participação; 3) Abertura ao recrutamento do executivo; 4) Competitividade no recrutamento executivo; 5) Restrições sobre o chefe executivo.

Fonte: POLITY IV PROJECT: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2017. Dataset Users' Manual, 2019.

As dimensões e suas respectivas pontuações são analisadas e interpretadas em categorias de regimes, a saber: i) autocracias (-10 a -6); ii) anocracias ou regime misto (-5 a +5); e iii) democracias (+6 a +10)¹⁸.

Uma pontuação de -10 indica um regime com valor máximo na escala da autocracia, por exemplo, o caso da China ou da Coreia do Norte. Por outro lado, +10 é usado para caracterizar um regime com a maior pontuação na escala da democracia, são exemplos, a maioria dos países da Europa Ocidental e da América do Norte. Ademais, valores entre +6 e +9 indicam democracias simples, como Brasil e México, e pontuações entre -6 e -10 são tidos como autocracias simples, por exemplo, Qatar e Arábia Saudita. Por fim, os valores restantes indicam “anocracias” fechadas (-5 a -1) ou abertas (1 a 5), ou seja, misturas democráticas e autocráticas incoerentes, por exemplo, a Federação Russa.

No que se refere às instituições econômicas, os relatórios do *Fraser Institute*, chamado de *Economic Freedom of the World* (EFW), mede e ranqueia a liberdade econômica dos países no mundo e tem sido amplamente utilizado em estudos revisados por especialistas dada sua abrangência temporal.

O índice foi projetado para medir e identificar quão intimamente as instituições de um país correspondem a um ideal governamental, onde o governo protege os direitos de

¹⁶Para o resultado final utiliza-se pesos específicos para cada componente analisado. Vale ressaltar que as variáveis são utilizadas em categorias e pesos diferentes, de modo que, nenhuma é comum aos dois indicadores.

¹⁷Cada categoria possui componentes que auxiliam na sua constituição, estes, por sua vez, são obtidos através de pesquisas anuais.

¹⁸Para evitar trabalhar com o índice negativo, adota-se a seguinte transformação monotônica: $I_p: I_p + C$, em que I_p corresponde ao valor do índice para as instituições políticas em cada país e C é uma constante igual a 50 para todo o índice. Deste modo, nas estimativas o indicador corresponde a escala de 40 a 60. Quanto mais próximo de 40, mais autocrático o país (anterior -10). E, de forma semelhante, quanto mais próximo de 60, mais democrática à nação (anterior +10). Dessa forma, o ordenamento da variável é preservado.

propriedade e providencia o fornecimento de um conjunto limitado de bens públicos, como: educação, saúde e defesa nacional. Ou seja, até que ponto as instituições de uma nação são consistentes com a função protetora e a liberdade dos indivíduos de tomar suas próprias decisões econômicas.

Para receber uma classificação alta, um país deve fornecer proteção segura dos direitos de propriedade privada, um sistema legal que trate de forma igualitária os indivíduos, execução imparcial de contratos e um ambiente monetário estável. Também deve manter os impostos baixos, abster-se de criar barreiras ao comércio doméstico e internacional, além de passar a ter maior confiança nos mercados, em vez de ter forte dependência dos gastos e regulamentação do governo.

Para chegar no resultado final, o índice considera cinco áreas principais, dentro dessas, existem 24 componentes com alguns subcomponentes para ajustar a medição. Os dados são obtidos de fontes terceiras, como o International Country Risk Guide e o projeto Doing Business do Banco Mundial. O índice dos últimos anos é atualizado a cada nova edição para levar em conta as revisões nos dados. A tabela a seguir mostra cada uma das áreas principais e seus respectivos componentes:

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA

ÁREAS PRINCIPAIS	COMPONENTES
Tamanho do Governo	1) Consumo do Governo; 2) Transferências e subsídios; 3) Empresas e investimentos do governo; 4) Alíquota máxima de imposto;
Sistema Jurídico e Direitos de Propriedade	5) Judiciário independente; 6) Tribunais imparciais; 7) Proteção dos direitos de propriedade; 8) Interferência militar no Estado de direito e na política; 9) Integridade do sistema legal; 10) Exigência legal do cumprimento de contratos; 11) Custos regulatórios da venda de imóveis; 12) Confiabilidade da polícia; 13) Custos do crime nos negócios;
Moeda Forte	14) Crescimento Monetário; 15) Desvio padrão da inflação; 16) Inflação do ano mais recente; 17) Liberdade de possuir contas bancárias em moeda estrangeira;
Liberdade para o Comércio Internacional	18) Tarifas; 19) Barreiras regulatórias ao comércio; 20) Taxas de câmbio no mercado negro; 21) Controle no movimento de capitais e pessoas;
Regulamento	22) Regulação do mercado de crédito; 23) Regulação do mercado de trabalho; 24) Regulação dos negócios.

Fonte: Fraser Institute – Methodology (2019)

Para cada componente, o cálculo inclui todos os dados de todos os anos para permitir comparações ao longo do tempo. Para chegar nos valores efetivos de cada um (componente e subcomponente) é utilizada uma média simples. O mesmo ocorre para chegar a classificação final, é feita uma média das cinco áreas e, assim, é obtida uma classificação resumida de cada país. A classificação é interpretada por quartis de liberdade, onde o primeiro quartil do conjunto de dados é considerado o mais livre e o último quartil é visto como menos livre.

Ao longo dos anos, o índice EFW tornou-se mais abrangente e os dados disponíveis mais completos. Como resultado, o número e a composição dos componentes para muitos países variam ao longo do tempo, o que dificulta a comparação direta dos valores do índice. Para auxiliar os pesquisadores que estão interessados em uma série temporal consistente para um determinado país e/ou dados longitudinais para um painel de países (que é o caso desta pesquisa), o *Fraser Institute* elaborou um conjunto de dados do painel EFW, que informa as pontuações das áreas e valores finais por país de todos para os quais tem-se uma pontuação no índice padrão em determinado ano, esse painel é considerado a melhor tentativa de fornecer dados consistentes de séries temporais.

Na prática, o conjunto de dados do painel EFW ajusta o índice EFW padrão de duas maneiras: i) do ano mais recente, regredindo anualmente até 2000, sempre que possível, estima qualquer dado faltante por “*autoregressively backcasting*” dos dados, o que significa que se utiliza valores reais dos anos adiante para estimar os valores omissos de anos anteriores; ii) no período anterior a 1995, o índice tem como base o ano 2000 e é disponibilizado a cada cinco anos a partir de 1970: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995. As mudanças nas pontuações de um país para trás no tempo baseiam-se apenas nas alterações dos componentes que estavam presentes nos anos adjacentes.

Para fins desse trabalho, utiliza-se essa versão longitudinal do EFW, pois se pretende ter uma série consistente desde de 1970. Assim, como visto acima o índice é encadeado até os anos 2000 (base), nesse sentido, a partir 1970 tem-se dados apenas com intervalo de 5 anos, se tornando anual apenas a partir do ano base. Ademais, com o intuito de construir uma amostra de dados anuais, os dados faltantes entre 1970 e 1995 foram interpolados.

A interpolação de variáveis é um método que permite construir um novo conjunto de dados a partir de um conjunto discreto de dados pontuais previamente conhecidos. Em outras palavras, é um método estatístico pelo qual os valores conhecidos relacionados são usados para

estimar um valor faltante. No entanto, vale ressaltar que essa técnica é, na melhor das hipóteses, uma estimativa, os interpoladores nunca podem oferecer total confiança em suas previsões.

Uma das interpolações mais conhecidas é a linear, onde dois pontos de dados são conectados com uma função linear e as mudanças são unitárias¹⁹. Todavia, existem variáveis que não mudam linearmente, por isso, procuramos adotar uma interpolação menos linear possível, dado que as mudanças no indicador tendem a ser não lineares.

Dessa forma, para imputar os valores anuais entre um dado quinquênio (até 1995), calculou-se a taxa média de crescimento ao final do respectivo quinquênio e utilizou-se esse fator de crescimento para acumular o índice ao longo dos cinco anos. Ou seja, para 1971 temos:

$$EFW_{1971} = EFW_{1970} \sqrt[5]{\frac{EFW_{1975}}{EFW_{1970}}}. \quad (1)$$

Uma ressalva natural nesse tipo de estudo é sobre esses índices que mensuram a qualidade das instituições, pois, alguns críticos questionam sobre o fato de que os indicadores não conseguem medir com exatidão as instituições de um país, dado as relações complexas que envolvem o arranjo institucional de uma nação, além de que, a grande maioria deles só estão disponíveis para períodos recentes, inviabilizando investigações de longo prazo.

Os dados da *Polity IV* são criticados principalmente por cientistas políticos, pois na tentativa de criar um indicador não binário acabam sendo introduzidas percepções subjetivas. Uma desvantagem da medida de liberdade econômica do *Fraser Institute* como aponta De Hann *et al* (2006) é que este não captura apenas instituições, mas políticas como um todo.

A respeito dessa limitação, diversos autores, como Veja-Gordillo e Alvarez-Arce (2003) realizaram estudos sobre diversos indicadores usados como *proxies* para a qualidade das instituições e, seus resultados indicam que a liberdade econômica induz o crescimento econômico e, que a democracia também, promove o crescimento econômico e aumenta a liberdade econômica como um todo. Assim, apesar de estar ciente das limitações, os índices são hoje o melhor indicador que se dispõe para fazer análises econométricas.

Finalmente, o quadro 1 apresenta um resumo das características das variáveis tratadas neste estudo:

¹⁹Para saber mais sobre a interpolação de variáveis e suas variadas formas, ver MEIJERING (2002).

QUADRO 1: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Variável Dependente	Sigla	Dimensão	Fonte/Estatística	Sinais Esperados
Taxa de Crescimento do PIB <i>per capita</i> em US\$ 2010	Growth	Crescimento Econômico	World Bank (1975 a 2016)	
Variável Independente	Sigla	Dimensão	Fonte/Estatística	Sinais Esperados
PIB <i>per capita</i> Inicial	PIBpc_5	Convergência de renda	World Bank (1975 a 2016)	Negativo
Estoque de Capital	Cf_5	Capital físico	Penn World Table (1975 a 2016)	Positivo
Índice de capital humano	Ch_5	Capital humano	Penn World Table (1975 a 2016)	Positivo
Comércio de mercadorias	Cc_5	Corrente de Comércio	World Bank (1975 a 2016)	Positivo
Crescimento populacional	Gpop	Crescimento da população	World Bank (1975 a 2016)	Negativo
Polity IV	Ip50_5	Instituições políticas	Polity IV (1975 a 2016)	Positivo
Fraser Institute	Ie_5	Instituições econômicas	Fraser Institute (1975 a 2016)	Positivo

Fonte: Elaboração própria.

2.4. Modelagem econométrica espacial

A econometria espacial se diferencia da tradicional por considerar na modelagem os efeitos espaciais, a saber: i) dependência espacial; ii) heterogeneidade espacial. Essa abordagem aponta que regiões mais próximas tendem a interagir mais do que regiões mais distantes. A proximidade não precisa ser apenas geográfica, podendo ser institucional (ALMEIDA, 2012).

De acordo com o autor, a dependência espacial é produzida pela interação dos agentes através das regiões. A chamada Lei de Tobler, também conhecida como primeira lei da geografia, aponta que “tudo depende de todo o restante, porém, o que está mais próximo depende mais do que aquilo que está mais distante”. O que a lei quer chamar atenção é para o papel que a proximidade entre duas regiões pode exercer na constituição de efeitos espaciais relevantes.

Desse modo, a dependência espacial significa que o valor de uma variável dependente de uma certa região, y_i , depende do valor dessa variável em regiões próximas, y_j , além de um conjunto de variáveis independentes representado pela matriz X . Formalmente:

$$y_i = f(y_j, X), \quad i, j = 1, \dots, n \quad \text{e} \quad i \neq j \quad (2)$$

Pela equação (2), percebe-se que não apenas fatores exógenos explicam a variável dependente, mas também o valor dessa variável em regiões vizinhas, segundo um critério de vizinhança.

Já a heterogeneidade espacial, aponta Almeida (2012), aparece quando ocorre instabilidade estrutural através das regiões, fazendo com que haja diferentes respostas dependendo da localidade ou da escala espacial. Formalmente:

$$y_i = f_i(X_i, \beta_i, \xi_i), \quad \xi_i \sim (0, \Omega) \quad i, j = 1, \dots, n \quad (3)$$

Onde, f_i é a forma funcional matemática, ξ_i é o termo de erro e Ω representa a matriz de variância e covariância cuja diagonal principal não é composta por constantes.

Em síntese, a econometria espacial pode ser definida como um conjunto de métodos e técnicas baseados na representação formal da dependência e da heterogeneidade espacial, que tratam de forma eficaz particularidades causadas pela influência do espaço (ANSELIN, 2010).

2.4.1 Modelo de dados em painel espacial

De modo geral, os modelos de dados em painel são caracterizados por possuírem observações em duas dimensões que em geral são o tempo e o espaço. O termo “dados em painel” refere-se aos conjuntos de dados nos quais se têm dados sobre o mesmo indivíduo ao longo de vários períodos de tempo (MADDALA, 2003).

Para Loureiro e Costa (2009) este tipo de dados contém informações que possibilitam uma melhor investigação sobre a dinâmica das mudanças nas variáveis, tornando possível considerar o efeito das variáveis não observadas. De acordo com Johnston e Dinardo (2001), para melhor entender o modelo, se estabelece uma notação geral:

y_{it} = Valor da variável dependente para a unidade seccional i no instante t .

Onde: $i = 1, \dots, n$ e $t = 1, \dots, T$.

X_{jit} = Valor da j – ésima variável explicativa para a unidade i no instante t .

Existem K variáveis explicativas indexadas por $j: 1, \dots, K$.

Considerando-se um painel equilibrado, tem-se um total de NT observações. Seguindo a especificação de Elhorst (2010), o modelo de painel espacial com efeito individual não observado, mas sem controle de dependência espacial, pode ser representado como:

$$y_{it} = \mathbf{X}_{it}\boldsymbol{\beta} + \mu_i + e_{it}, \quad i = 1, \dots, N, \quad t = 1, \dots, T, \quad (4)$$

em que y_{it} é a variável resposta, \mathbf{X}_{it} é o vetor de covariáveis, $\boldsymbol{\beta}$ é o vetor de parâmetros a serem estimados, μ_i controla a heterogeneidade não observável em cada unidade e e_{it} é o termo de erro idiossincrático. Vale salientar que a variável resposta e o vetor de covariáveis são as mesmas em todos os modelos e serão apresentadas no final deste tópico.

A matriz de peso espacial é uma matriz quadrada de dimensão $N \times N$ e é imprescindível para a construção dos modelos econométricos espaciais. É feita com base em métricas geográficas como, por exemplo, distância física, critérios dados por medidas de contiguidade (torre, rainha e bispo), por regiões "k mais próximas" ou funções de decaimento mais complexas. A principal vantagem de usar pesos físicos baseados na distância é que eles podem ser considerados exógenos ao modelo, evitando, desta forma, problemas de estimação devido à identificação, reversão causal e não-linearidade.

Os pesos espaciais W_{ij} representam o grau de conexão das regiões de acordo com algum critério de aproximação, mostrando a influência da região j sobre a região i . Portanto, a matriz (W) oferece uma espécie de ponderação da influência que as regiões exercem entre si. A matriz de peso espacial usada neste trabalho é a de proximidade geográfica por contiguidade, ou seja, a ideia de que duas regiões são vizinhas, se elas partilham alguma fronteira em comum (ALMEIDA, 2012). Formalmente, temos:

$$W_{ij} = \begin{cases} 1 & \text{se } ij \text{ são contíguos} \\ 0 & \text{se } ij \text{ não são contíguos} \end{cases} \quad (5)$$

Assim, de acordo com o autor, é atribuído o valor de um na matriz a duas regiões vizinhas e zero caso contrário, além disso, é convencional admitir que $W_{ii} = 0$, ou seja, a região não é considerada vizinha de si mesma. A convenção da contiguidade, nesse caso, é a rainha (*queen*), pois além das fronteiras com extensão diferente de zero, os vértices podem ser considerados como contíguos.

Os modelos em painel espacial são derivados do modelo (4). Nessa pesquisa, têm-se foco em três deles, que são: i) *Spatial Error Model* (SEM); ii) *Spatial Autoregressive Model* (SAR); iii) *Spatial Durbin Model* (SDM). Seguindo a proposta de exposição de Golgher (2015) o modelo de erro espacial (SEM) é discutido primeiro pois além de ser o mais simples dentre os modelos espaciais apresenta similaridades com o modelo anterior. É obtido a partir do modelo (4) após a inserção do termo $\rho W\phi$, assim, o modelo assume a forma:

$$y_{it} = \mathbf{X}_{it}\boldsymbol{\beta} + \mu_i + \phi_{it} \quad (6)$$

$$\phi_{it} = \rho \sum_{j=1}^N W_{ij} \phi_{jt} + e_{it}. \quad (7)$$

ϕ_{it} mede o termo de erro estocástico do modelo, ρ é o coeficiente autoregressivo espacial e W é a matriz de peso espacial, não negativa, de ordem N e pré-especificada. Como os erros do modelo são espacialmente correlacionados, a dependência espacial está no erro estocástico e o parâmetro ρ mede choques espacialmente correlacionados e não especificados no modelo (ALLERSE, M.; ELHORST, J., 2005; ALMEIDA, 2012).

O modelo SAR, também é chamado de modelo de lag espacial e possui alcance global. A variável resposta é parcialmente determinada pelos mesmos valores desta variável nos vizinhos (GOLGHER, 2015). Também a partir do modelo (4), é incluído o termo com correlação espacial na variável dependente ($\delta W\mathbf{y}$). O componente δ é o coeficiente autoregressivo espacial e, se positivo, indica que existe uma autocorrelação espacial positiva. Seu formato geral é dado por:

$$y_{it} = \delta \sum_{j=1}^N W_{ij} y_{jt} + \mathbf{X}_{it}\boldsymbol{\beta} + \mu_i + e_{it}. \quad (8)$$

Embora o SAR capture efeitos diretos e indiretos, nesta pesquisa será interpretado pelo próprio valor do coeficiente. A motivação para usar o SAR é que este representa um equilíbrio de longo prazo de um processo dinâmico, denotando a decisão tomada pelos agentes no passado, influenciando a decisão dos agentes no presente (ALMEIDA, 2012).

De acordo com Golgher (2015), o modelo espacial de Durbin (SDM) é mais complexo se comparado com os anteriores e possui tanto o termo de interação endógena como o termo exógeno. Nesta especificação, assume-se a hipótese que a variável resposta de uma unidade possa ser em parte explicada pelas covariáveis das unidades vizinhas. É obtido a partir do modelo de lag espacial incorporando o termo $W\mathbf{X}\boldsymbol{\gamma}$:

$$y_{it} = \delta \sum_{j=1}^N W_{ij} y_{jt} + \mathbf{X}_{it} \boldsymbol{\beta} + \sum_{j=1}^N W_{ij} \mathbf{X}_{jt} \boldsymbol{\gamma} + \mu_i + e_{it}. \quad (9)$$

Vale ressaltar que quando um modelo é um caso específico de outro, isto é, quando o primeiro está incluso no segundo, diz-se que esse modelo é aninhado ou para usar a terminologia em inglês (*nested*). Em outras palavras, um modelo é considerado aninhado em outro se o primeiro modelo puder ser gerado impondo restrições aos parâmetros do segundo. Assim, se impusermos a restrição $\boldsymbol{\gamma} = \mathbf{0}$ na equação (9), obteremos o modelo SAR. Do mesmo modo, se assumirmos que $\boldsymbol{\gamma} + \delta \boldsymbol{\beta} = \mathbf{0}$ nessa mesma equação, teremos o modelo SEM (ELHORST, 2010). Essa ressalva será importante para entender os testes que virão posteriormente.

Por fim, vale ressaltar que, do mesmo modo que ocorre em um painel sem interação espacial, os efeitos não observados podem ser modelados via efeitos fixos ou efeitos aleatórios. Os estimadores que foram utilizados neste trabalho são detalhados por diversos autores, como: Elhorst (2003) e Anselin *et al.* (2006).

2.4.2 Testes e o processo de seleção dos modelos

O teste de Hausman e o teste de razão de verossimilhança foram realizados para dar suporte à escolha do modelo mais adequado. O teste de especificação de Hausman, que permite arbitrar entre um modelo em que os efeitos individuais não estão correlacionados com as covariáveis e um modelo em que essa correlação pode existir. O teste possui distribuição χ^2 assintótica e admite, sob a nula, um estimador eficiente diante da presença de efeitos não observados constantes no tempo (no ambiente em painel, a especificação de efeitos aleatórios, em geral). Sob a alternativa, a especificação é não consistente. (SALIMA *et al.*, 2018).

Em um painel espacial, o teste é construído medindo a diferença, ponderada por uma matriz variância-covariância de contraste, entre as estimativas produzidas pelo estimador de efeitos fixos (FE) e pelo estimador de efeitos aleatórios (RE). Mutl *et al.* (2011) mostram que as propriedades do teste de Hausman permanecem válidas em um ambiente espacial ao substituir os estimadores tradicionais FE e RE por seu "análogo" espacial, incluindo os termos de autocorrelação espacial. O teste de Hausman espacial é dado por:

$$\text{Hausman test} = NT(\hat{\boldsymbol{\beta}}_{\text{RE}} - \hat{\boldsymbol{\beta}}_{\text{FE}})'(\hat{\boldsymbol{\Sigma}}_{\text{FE}} - \hat{\boldsymbol{\Sigma}}_{\text{RE}})^{-1}(\hat{\boldsymbol{\beta}}_{\text{RE}} - \hat{\boldsymbol{\beta}}_{\text{FE}}). \quad (10)$$

Nesse caso, $\hat{\beta}_{RE}$ e $\hat{\beta}_{FE}$ são as estimativas dos parâmetros obtidos respectivamente pelo modelo de efeitos aleatórios e pelo modelo de efeitos fixos espacial. Já $\hat{\Sigma}_{FE}$ e $\hat{\Sigma}_{RE}$ correspondem às matrizes de variância-covariância das duas estimativas. De forma similar ao teste para painéis não espaciais, a rejeição da nula é uma evidência de que o modelo de efeitos aleatórios é não consistente²⁰.

O segundo é o teste de razão de verossimilhança (*Likelihood Ratio Test* - LR) conhecido como teste LR que é baseado nas propriedades dos estimadores de máxima verossimilhança. É comumente utilizado para avaliar a diferença entre modelos aninhados. Vale lembrar que um modelo é considerado aninhado em outro se o primeiro modelo puder ser gerado impondo restrições aos parâmetros do segundo. Na maioria das vezes, a restrição é que o parâmetro seja igual a zero. Em um modelo de regressão, a restrição de parâmetros a zero é realizada removendo as variáveis independentes do modelo.

Desse modo, o que o teste procura demonstrar é se a restrição dos parâmetros a zero irá reduzir significativamente o ajuste do modelo. Portanto, para realizar o teste LR é preciso estimar os dois modelos que se deseja comparar, desde que o modelo mais simples seja um caso especial do modelo mais complexo. Na prática, é realizado comparando-se os valores da função log-verossimilhança com e sem as restrições impostas e testando se essa diferença é estatisticamente significativa (GREENE, 2012). A estatística do teste está descrita abaixo:

$$LR = -2[\ln L_* - \ln L] \xrightarrow{d} \chi^2 [j] \quad (11)$$

em que $\ln L_*$ e $\ln L$ são os valores da função de probabilidade logarítmica dos modelos restrito e irrestrito, respectivamente. Assintoticamente a estatística do teste é distribuída como uma variável aleatória qui-quadrado, com graus de liberdade iguais à diferença no número de parâmetros entre os dois modelos, nesse caso, $[j]$. Vale ressaltar que será considerado como significativo o teste até 1%.

A hipótese a ser testada indica a validade da restrição imposta ao modelo. Na hipótese nula, a restrição que o parâmetro seja igual a zero é válida:

- i) $H_0 = c(\beta) = 0$
- ii) $H_1 = c(\beta) \neq 0$

²⁰Vale salientar que, com o objetivo de reforçar a estimação da diferença entre as variações como definida positiva, sempre que possível, foi utilizado a opção “*sigmamore*” a qual especifica que as matrizes de covariância de ambos os estimadores sejam baseadas na variação de perturbação estimada do estimador eficiente.

Se a restrição $c(\beta) = 0$ for válida, a imposição não deve levar a uma grande redução na função de probabilidade de log. Portanto, o teste baseia-se na diferença de $\ln L_* - \ln L$. Assim, a hipótese nula é rejeitada se o valor encontrado em cada cálculo das diferenças das funções de probabilidade exceder o valor crítico obtido através das tabelas qui-quadrado, desse modo, a diferença é estatisticamente significativa e o modelo irrestrito é considerado adequado para os dados.

Ademais, a escolha de um modelo empírico, sendo espacial ou não, deve ser guiado por fatores teóricos ou testes empíricos que auxiliam na seleção do modelo mais apropriado. Os efeitos espaciais da localização absoluta e relativa, devidos a instituições, foram levados em conta e modelados por meio de controles específicos, impondo uma matriz de pesos espaciais de distância por contiguidade.

Para escolha do modelo em painel mais adequado seguiu-se a estratégia específica-geral. Estimou-se para cada grupo de países inicialmente o modelo em Ordinary Least Squares (OLS) e, na sequência, três especificações em painel com interações espaciais: i) *Spatial Error Model* (SEM); ii) *Spatial Autoregressive Model* (SAR); iii) *Spatial Durbin Model* (SDM). Parte-se, assim, de um modelo mais específico e sem controle espacial (OLS) para modelos menos específicos e com controle espacial (SEM, SAR e SDM) (GOLGHER, 2015). Para a estimação denominada OLS, utilizou-se o estimador *within* para efeitos fixos e o estimador de máxima verossimilhança para efeitos aleatórios.

Para identificar se o painel sem dependência espacial é rejeitado em favor dos modelos com controle espacial (SEM, SAR e SDM), será observada a significância dos coeficientes de dependência espacial, os critérios de informação e os valores dos parâmetros. A escolha entre os modelos de controle espacial será feita com o suporte do teste LR, comparando-se os modelos *nested* (SAR como aninhado no SDM e SEM como aninhado no SDM). A partir desse resultado, a escolha entre a modelagem por efeitos fixos ou aleatórios será feita via teste de Hausman. Caso a escolha se dê entre o modelo SEM ou SAR, a escolha da especificação final será dada por meio do menor critério de informação, com base no *Akaike Information Criterion* (AIC) e no *Bayesian Information Criterion* (BIC).

As discussões serão feitas com dois enfoques. No primeiro, comparando o modelo OLS sem controle espacial com os modelos com controle espacial (SEM, SAR e SDM), ou seja, observar se os modelos com controle espacial explicam melhor a variável dependente. No

segundo, observando o comportamento dos modelos quando incluídas as variáveis que mensuram a qualidade das instituições políticas e econômicas. Portanto, o modelo empírico geral desta pesquisa é dado por:

$$\text{Growth}_{it} = \beta_0_{it} + \beta_1\text{PIBpc}_{5it} + \beta_2\text{Cf}_{5it} + \beta_3\text{Ch}_{5it} + \beta_4\text{Cc}_{5it} + \beta_5\text{Gpop}_{it} + \beta_6\text{Ip50}_{5it} + \beta_7\text{Ie}_{5it} + \mu_i + e_{it}. \quad (12)$$

Growth_{it} é a variável resposta (taxa de crescimento do PIB *per capita*) do país i no tempo t . As variáveis explicativas são: PIBpc_{5it} , que é o PIB *per capita* inicial, Cf_{5it} sendo o estoque de capital (*proxy* para capital físico), Ch_{5it} é um indicador de capital humano e retorno a educação, Cc_{5it} é a corrente de comércio, Gpop_{it} expressa o crescimento populacional e Ip50_{5it} e Ie_{5it} , são, respectivamente, os índices que mensuram a qualidade das instituições políticas e econômicas, μ_i é a heterogeneidade não observável, constante no tempo, e e_{it} é a perturbação idiossincrática. Todas as covariáveis estão em logaritmo natural²¹.

Ademais, a estimação dos painéis espaciais será via Máxima Verossimilhança (MV) com a rotina `xsmle` desenvolvida por Belloti, Hughes e Mortari (2013) para o software Stata14. A estrutura MV implica ferramentas muito intuitivas para testar modelos *nested*, além disso, é caracterizada pela imposição de normalidade e os erros são idiossincráticos IID $(0, \sigma^2)$. Ademais, tem a vantagem de poder estimar modelos com variáveis independentes espacialmente defasadas (WX) e geralmente possui forte propriedade de não tendenciosidade.

No próximo capítulo dar-se seguimento com as estimativas econométricas e as discussões dos resultados.

²¹O uso de logaritmos nas variáveis pode permitir relações não-lineares entre a variável explicada e as variáveis explicativas, também pode aliviar ou até eliminar problemas de heterocedasticidade ou concentração em distribuições condicionais advindas de variáveis estritamente positivas. Além disso, são menos sensíveis a observações desiguais ou extremas WOOLDRIDGE (2006).

CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo inicia-se com a análise das variáveis do modelo com base na estatística descritiva para painel de todos os países da amostra conforme a tabela 4. Seguindo a análise, como o foco desta pesquisa é a América Latina e Caribe, têm-se uma breve discussão qualitativa sobre as principais variáveis examinadas nessa região. E, por fim, será apresentado os resultados dos modelos empíricos baseados na abordagem de painel sem e com efeito espacial para os três grupos considerados.

TABELA 4: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA PAINEL

Variável		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
PIB pc	Overall	16054,30	18209,38	263,9085	91617,28	N = 2478
	Between		17489,98	791,8832	70225,49	n = 59
	Within		5546,502	-14567,48	-14567,68	T = 42
Cf	Overall	3067944	7052472	21136,09	8,71e+07	N = 2478
	Between		6088669	66586,21	3,77e+07	n = 59
	Within		3644048	-1,58e+07	6,90e+07	T = 42
Ch	Overall	2,409768	0,6574905	1,072075	3,809064	N = 2478
	Between		0,6025281	1,272223	3,514365	n = 59
	Within		0,2743405	1,597611	3,79267	T = 42
Cc	Overall	52,21498	39,26591	8,200766	364,6777	N = 2478
	Between		36,83433	17,12583	282,823	n = 59
	Within		14,4049	-32,5406	134,931	T = 42
Pop	Overall	7,02e+07	1,99e+08	59292	1,38e+09	N = 2478
	Between		1,98e+08	75784,14	1,18e+09	n = 59
	Within		3,52e+0,7	-2,81e+08	4,20e+08	T = 42
Ip50	Overall	55,38983	6,057104	40	60	N = 2478
	Between		4,65903	42,97619	60	n = 59
	Within		3,916789	41,41364	66,17554	T = 42
Ie	Overall	6,306863	1,277227	1,808509	8,973454	N = 2478
	Between		0,9035593	4,511416	8,49461	n = 59
	Within		0,9101665	2,965836	8,518493	T = 42

Fonte: Elaboração própria através do Software Stata 14.

Como o painel é balanceado, todos os 59 países acompanham 2.478 observações ao longo de 42 anos. A decomposição do desvio padrão das variáveis ilustra que a variação *between* é, em geral, superior a variação *within*, ou seja, a variabilidade dos desvios entre os países é maior do que dentro do próprio país. Este é um resultado esperado dada a heterogeneidade da amostra que conta com nações em vários níveis de crescimento econômico.

A primeira variável, o PIB *per capita*, tem média de US\$ 16.054,30 e revela países muito desiguais, pode-se inferir essa informação com base no valor do desvio padrão e superior à média (US\$ 18.209,38), isto é, os dados apresentam forte dispersão. Os valores de mínimo e máximo desta variável corroboram com essa informação. A amostra possui países com renda por habitante muito baixa, como no caso da China que o valor menor foi de US\$ 263,91. E países com renda *per capita* muito alta, como é o caso da Noruega, com US\$ 91.617,28.

No que tange as variáveis que compõem o controle do modelo: capital físico, capital humano, corrente de comércio e população, apresentam estatísticas semelhantes à descrita anteriormente. Todas demonstram fortes disparidades, vistas pela média, desvio padrão e valores de mínimo e máximo.

No que se refere às instituições políticas, vale lembrar que, após a transformação para a base 50, o índice vai que de 40 a 60, sendo 40 o país com instituições plenamente autocráticas e 60 o país com instituições absolutamente democráticas. Observa-se que, pela média (55,39) os países da amostra são tidos como de regimes mistos, porém, mais próximos da democracia. Todavia, dada à heterogeneidade da amostra, não se pode generalizar, enquanto existem países democráticos, obtendo o valor máximo do indicador (60), como: Austrália, Canadá, Dinamarca e Noruega, outros não desfrutam dessa liberdade e recebem o valor mínimo do indicador (40), é o caso do Haiti e Irã. Os valores das demais estatísticas corroboram com esse resultado.

Com relação às instituições econômicas, vale ressaltar que o índice varia de 0 a 10, quanto mais próximo de 0, os países são considerados fechados e reprimidos em termos das instituições econômicas. Do outro lado, quanto mais perto de 10, mais livres são as instituições. Em média (6,31) os países da amostra são considerados moderadamente livres em termos de instituições econômicas, ou seja, desfrutam de limitada liberdade em termos do ambiente econômico. O alto valor do desvio padrão (1,27) mostra dispersão nos dados, o menor valor (1,81) indica que existem países muito fechados (Nicarágua) e, o maior valor (8,97), mostra países com elevado grau de liberdade econômica em suas instituições (Cingapura).

Essa discussão inicial teve como base a amostra completa de 59 países. Contudo, como o estudo se propõe a analisar a região da América Latina e Caribe, é importante ter um olhar sobre as diversas mudanças institucionais, tanto na esfera política quanto no âmbito econômico, visto que diversos países passaram por longos períodos de ditadura militar que impactaram de várias formas a região. Portanto, é adequado restringir as estatísticas para este grupo específico e enfatizar as variáveis principais, quais sejam: PIB *per capita* e os índices que mensuram a

qualidade institucional. Ademais, embora a conjuntura da região seja observada, a economia brasileira será destacada, para entender seu contexto frente a região.

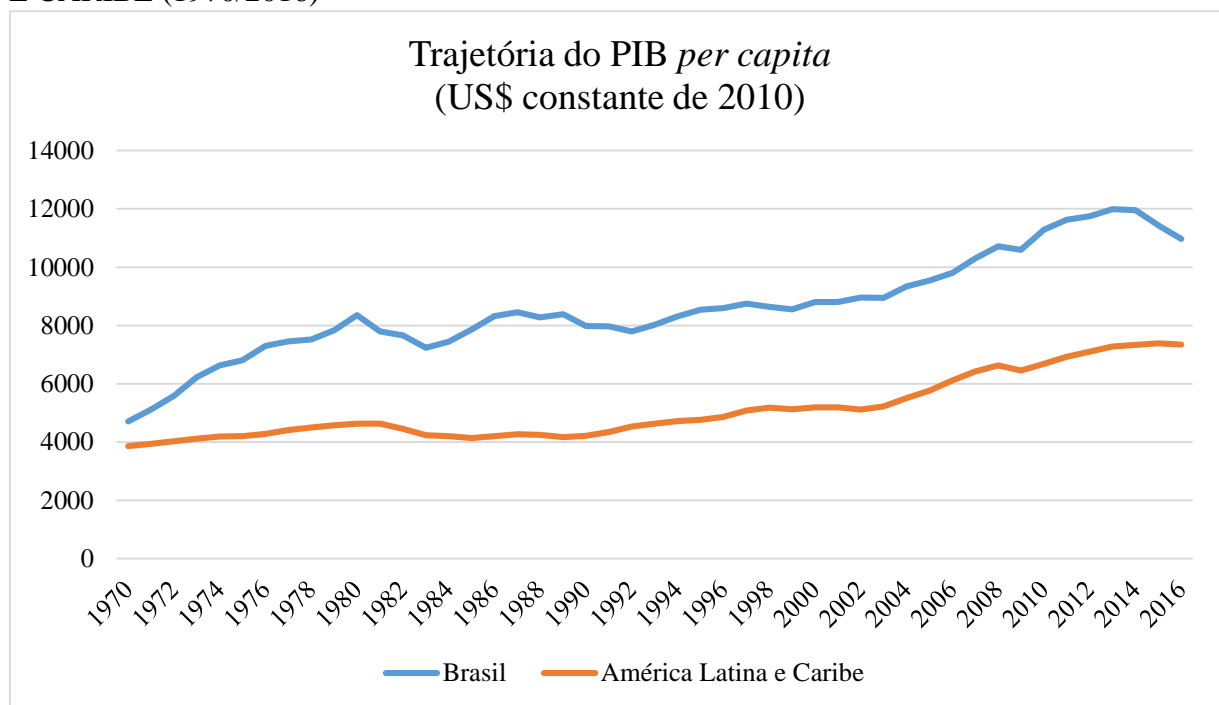
TABELA 5: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS - AMÉRICA LATINA E CARIBE E BRASIL

Variável	AMÉRICA LATINA E CARIBE				BRASIL			
	Média	Desvio P.	Mínimo	Máx.	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo
PIB_pc (US\$)	5.111,79	1.076,07	3.862,28	7.388,76	8.613,89	1.717,43	4.704,32	11.993,48
Inst. Políticas	4,61	3,68	-2	8	3,74	6,23	-9	8
Inst. Econômicas	5,87	0,86	4,63	6,86	4,80	1,14	2,96	6,47

Fonte: Elaboração própria através do Software Stata 14.

De acordo com os resultados da tabela 5, a média do PIB *per capita* para a América Latina e Caribe foi de US\$ 5.111,79 inferior à do Brasil que corresponde a US\$ 8.613,89. Esse resultado é esperado dado que o país desponta dentro da região. Todavia, nas estatísticas descritivas, observam-se altos valores do desvio padrão tanto da região como do caso brasileiro, evidenciando a dispersão dos dados em torno da média, as disparidades também são vistas pelo valor de mínimo e máximo. Na figura abaixo pode-se visualizar essa trajetória a partir dos dados do World Bank:

FIGURA 1: TRAJETÓRIA DO PIB *PER CAPITA* NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Bank.

Como visto pelo gráfico da figura 1, no início da série, observa-se o aumento do PIB brasileiro, correspondente ao período conhecido como Milagre Econômico, que se estendeu de 1969-1973 e combinava o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação (PEREIRA, 2016).

No governo seguinte (GIESEL 1974-1979), a condução da política econômica ficou nas mãos de Mário Simonsen, e para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, que entraram no país sob forma de empréstimo. Daí resultou o aumento da dívida, tanto pública como privada (D'ARAUJO E CASTRO, 1997).

A recessão de 1981 a 1983 teve graves consequências, como indica Fausto (1994), o resultado em 1981 foi negativo e nos três anos o PIB teve sucessivas quedas, os setores mais atingidos foram às indústrias de bens de consumo durável, além da alta inflação e do grande número de desempregados.

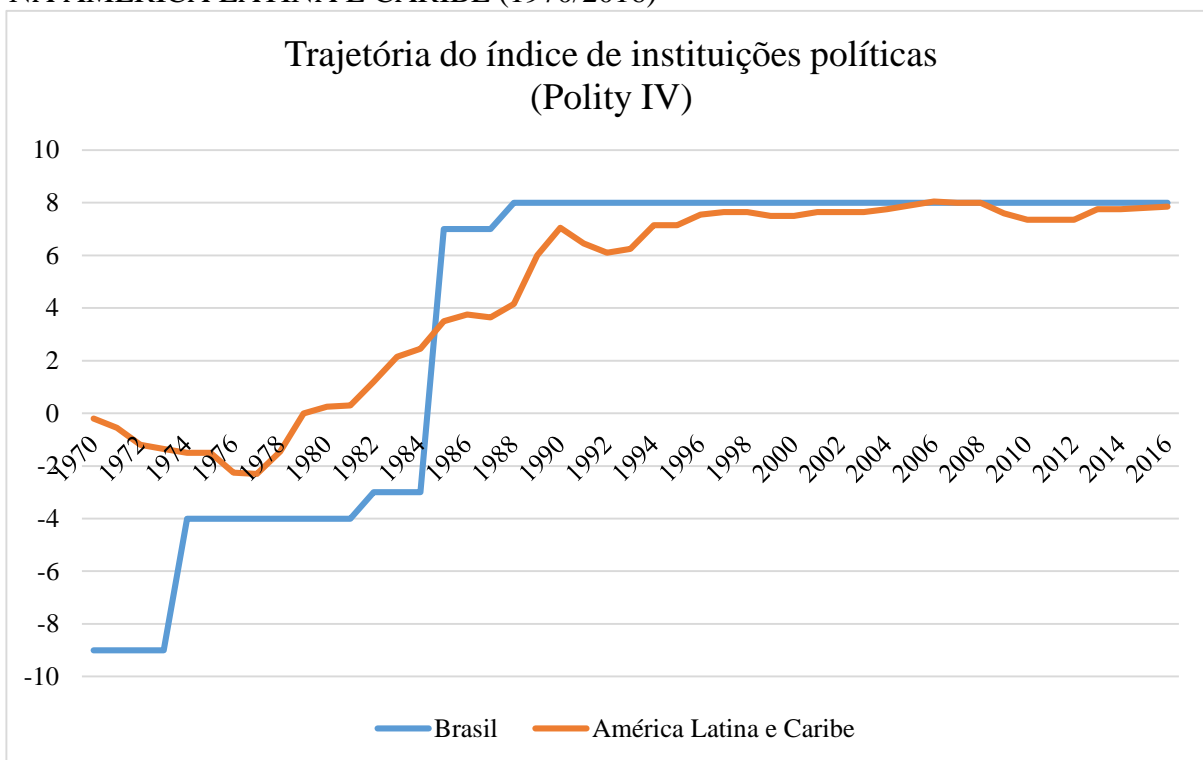
Posteriormente, houve uma breve retomada do PIB *per capita* logo após, o fim do regime ditatorial, mas novamente uma queda acentuada a partir da década de 1990, na sequência, uma recuperação após o plano real, desde então segue com algumas oscilações. Com o governo Lula em 2003, houve uma retomada do crescimento e duas quedas subsequentes, uma na crise de 2008 que afetou diversos países do mundo e a outra no governo Dilma. Esse arrefecimento econômico e político persiste até os dias atuais.

Como sustentado no capítulo dois, diversos autores reforçam o papel que as instituições exercem no desempenho das nações, qualquer projeto ou política econômica para obter êxito deve observar a interação institucional existente e reconhecer o papel que elas exercem no âmbito econômico e político (FIANI, 2002; PIAIA, 2013).

Assim, de acordo com a tabela 5, pela ótica das instituições políticas, a região apresenta uma média maior que a nacional, apesar do desvio padrão ser muito elevado em ambos, mostrando forte dispersão nos dados. Como a série vai de -10 (regimes fechados) a +10 (regimes democráticos), chama a atenção o fato que o período ditatorial brasileiro aparece como mais intenso do que a média da América Latina e Caribe, como visto pelo valor de mínimo dessa estatística.

Pode-se analisar essa informação na figura 2 que ilustra a trajetória do indicador das instituições políticas a partir dos dados da *Polity IV*:

FIGURA 2: TRAJETÓRIA DO ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Polity IV*.

No gráfico ilustrado na figura 2, percebe-se o quão forte foi o período da ditadura militar na região como um todo e, em especial no Brasil, deixando todo período da série até a transição em 1985 do lado negativo do gráfico. Além disso, chama a atenção a própria mudança estrutural dos regimes, saindo de ditatorial e dando início ao democrático, ainda que não totalmente. Essa alteração é perceptível tanto na região como no caso brasileiro, apesar de na região se observar uma mudança mais moderada quando comparada com o Brasil.

Segundo Condato (2005), no que concerne ao regime militar brasileiro, o ano de 1985 marca a fase de desagregação e apenas com o governo Sarney 1985-1989 é que passa de um regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático. Essa transição é capturada pelos dados, pois de 1985 a 1989 ainda se percebe um caminho na trajetória do índice, até adquirir certa estabilidade a partir de 1990. Já na região, a estabilidade do indicador inicia um pouco mais tarde, no fim da década de 1990. Apesar disso, por diversos fatores, o próprio indicador reconhece a democracia da região como “simples”, ou seja, suscetível a diversos impasses.

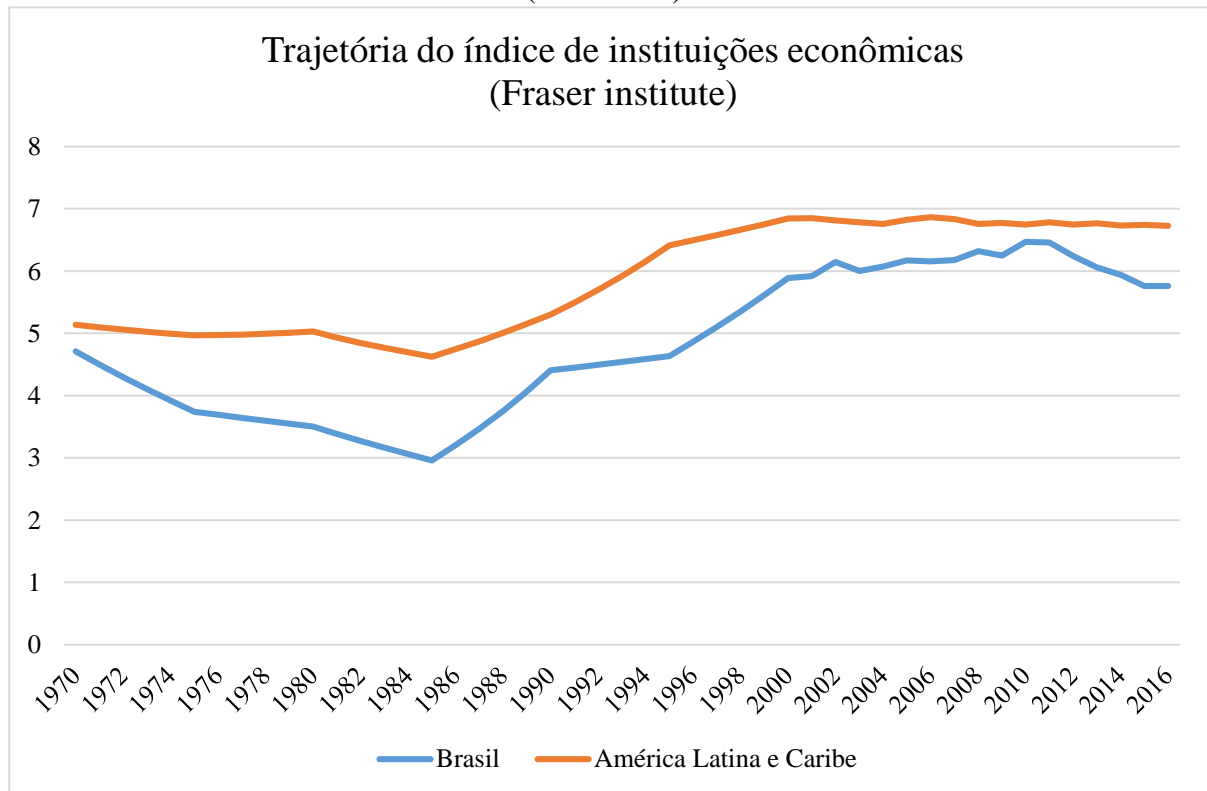
Foi no governo Sarney que a Assembleia Constituinte se instalou em 1º de fevereiro de 1987 e a Constituição foi promulgada no ano seguinte em 5 de outubro de 1988. O novo texto

constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: i) criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas; ii) estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

Pela compreensão de Acemoglu e Robinson (2012), sempre que houver conflito em torno das instituições, como neste período, entre os militares e quem se opunha ao regime, o que acontecerá vai depender de quem vencer o jogo político. Portanto, quem conseguir mais apoio, obter mais recursos e formar alianças mais eficazes, sairá vitorioso. Notadamente o Brasil e diversos países dessa região foram palco de um grande círculo vicioso de instituições extrativas que perduraram por décadas.

Pela perspectiva das instituições do âmbito econômico, a tabela 5 mostra que, em média, o Brasil apresenta um desempenho inferior aos demais países da América latina e Caribe. Além disso, o resultado é inferior ao que o indicador considera ideal para estimular o crescimento econômico. A figura 3 que ilustra a trajetória do índice a partir dos dados do *Fraser Institute*:

FIGURA 3: TRAJETÓRIA DO ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1970/2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Fraser Institute*.

Do início da série em 1970 até 1985 o índice apresenta caminho decrescente tanto no Brasil como no restante da região. No fim da década de 1980 e na década de 1990, o indicador apresenta trajetória crescente devido ao grande processo de abertura comercial de diversos países dessa amostra. Na sequência, o valor do índice se mantém estável na região da América Latina e Caribe. Já no Brasil, a estabilidade permanece no governo Lula e novamente declina no governo Dilma.

Nesta análise descritiva, dois pontos merecem destaque: i) a forte instabilidade dos indicadores analisados no período correspondente a 1970/1985, caracterizado pelo forte regime que a maioria dos países enfrentava; ii) o crescimento das três variáveis exploradas nessa análise a partir da década de 1990²², sinalizando que os períodos de democracia e com as instituições econômicas mais inclusivas, também são marcados por um maior crescimento econômico.²³

É importante destacar que, de acordo com a literatura teórica e empírica, o crescimento econômico pode ocorrer mesmo sob instituições autoritárias. Para Glaeser *et al* (2004), os países pobres que passam por regimes ditatoriais acabam experimentando algum nível de crescimento por causa da implementação de políticas econômicas que estimulem determinados setores da economia. Assim, as restrições impostas no âmbito político podem ser disfarçadas por um olhar mais incisivo para as instituições econômicas, de modo que o lado político perdura e determina a esfera econômica.

O argumento teórico de Acemoglu e Robinson (2012) reflete essa relação de cooperação ou sua ausência entre as instituições e como isso pode se reverberar na intensa formação de círculos virtuosos e viciosos. O Brasil e os países da América Latina e Caribe passaram no período de 1970 a 1990 por um círculo vicioso onde as instituições políticas extrativas moldaram as instituições econômicas igualmente extrativas e esse processo se perpetuou por mais de duas décadas e, apesar de gerar crescimento econômico, o mesmo não foi sustentável e tão pouco inclusivo, produzindo imensas desigualdades na sociedade e conferindo riqueza e poder irrestrito para quem estava no controle.

²²Apesar da tendência geral ser de melhora na qualidade institucional ao longo da série, há algumas exceções na América Latina, como: Venezuela e Peru, que tiveram deterioração em uma ou outra medida (FLACHAIRE, 2014).

²³Apesar dessa sinalização não ter sido testada econometricamente nesse trabalho, a pesquisa de Silva *et al* (2015) demonstra que, para a América Latina, o aumento da capacidade das instituições políticas, ou seja, quando os países vão se tornando mais democráticos, se reverte em um aumento médio superior ao mesmo incentivo nos países autocráticos. Vale salientar que o incremento no PIB *per capita* chega a ser quase 50% maior nos países mais democráticos.

Como é possível observar, nesse grupo temos países de renda alta, tais como: França, Itália e Reino Unido. Possui também países de renda média, como: Turquia e Malásia, e países de renda baixa como a Índia e as Filipinas. Foram estimados para cada grupo de países sete modelos, sendo: controles e depois incluindo as instituições políticas e econômicas.

O teste LR entre SAR vs. SDM e entre SEM vs. SDM indicou o modelo de Durbin em detrimento de ambos. O resultado no teste de Hausman, para a escolha da modelagem dos efeitos mostra que a hipótese nula foi rejeitada nas três estimativas desse grupo, evidenciando que o modelo de efeitos aleatórios não é consistente, por consequência, isso implica na escolha do modelo de efeitos fixos (FE). Portanto, o resultado final indicou o modelo SDM (FE) que está em negrito e este será interpretado em cada regressão. Na tabela 6, observa-se todos os resultados para as estimativas com os controles do modelo:

TABELA 6: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,088***	-0,155***	-0,144***	-0,167***	-0,135***	-0,153***	-0,151***	-0,174***
Cf_5	-0,019*	-0,050***	-0,023***	-0,030***	-0,032***	-0,043***	-0,013	-0,021*
Ch_5	0,190***	0,378***	0,309***	0,349***	0,303***	0,356***	0,301***	0,365***
Cc_5	0,028***	0,070***	0,058***	0,071***	0,055***	0,068***	0,056***	0,070***
Gpop	-0,577***	-0,212*	-0,173	-0,069	-0,188*	-0,078	-0,104	-0,012
Constante	0,764***	1,579***	1,233***	-	1,266***	-	1,159***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,321***	0,312***
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,138**	-0,329**
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,354**	-0,315
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,130***	-0,085*
Gpop	-	-	-	-	-	-	-3,427***	-2,492***
δ	-	-	-	-	0,767***	0,766***	0,786***	0,724***
ρ	-	-	0,831***	0,829***	-	-	-	-
R ²	13,89%	17,37%	17,11%	17,24%	17,73%	18,00%	19,26%	20,42%
Log-likelihood	2099,30	2276,14	2166,11	2343,26	2165,67	2343,38	2188,34	2363,12
AIC	-4182,60	-4540,29	-4314,22	-4672,51	-4313,35	-4672,76	-4348,69	-4702,25
BIC	-4136,08	-4505,39	-4261,88	-4631,81	-4261,01	-4632,05	-4267,27	-4632,47
Hausman test	202,52**	202,52**	20,75***	20,75***	18,58***	18,58***	23,97**	23,97**
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	45,34***	39,49***	45,34***	39,49***
LR test (2)	-	-	44,47***	39,74***	-	-	44,47***	39,74***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

As estimativas confirmam a existência de convergência de renda condicional, representada pelo coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 1% associado ao logaritmo do PIB *per capita* inicial. Este resultado indica que os países mais pobres apresentam uma tendência de crescimento mais rápido do PIB *per capita* se comparado aos países mais ricos, no longo prazo este

fato reduz a distância no desenvolvimento entre essas economias. O logaritmo do capital físico não tem o sinal que se esperava e sua significância está em 10%.

O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1% contribuindo para a taxa de crescimento do PIB *per capita*, mostrando a importância da qualificação profissional. A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, indicando sua importância para a variável resposta, ou seja, a abertura comercial representada pelo comércio promove crescimento econômico. Enquanto, como esperado, o crescimento populacional está negativamente relacionado, apesar de não significativo. Ademais, o coeficiente de determinação R² é da ordem de 20,42%²⁴. Na sequência, observa-se as estimativas dos controles do modelo mais a medida de qualidade das instituições políticas.

TABELA 7: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Variáveis	(1) OLS / RE	(2) OLS / FE	(3) SEM / RE	(4) SEM / FE	(5) SAR / RE	(6) SAR / FE	(7) SDM / RE	(8) SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,086***	-0,149***	-0,142***	-0,167***	-0,133***	-0,150***	-0,151***	-0,170***
Cf_5	-0,008*	-0,056***	-0,025***	-0,034***	-0,034***	-0,047***	-0,014	-0,025**
Ch_5	0,178***	0,374***	0,302***	0,346***	0,297***	0,353***	0,297***	0,363***
Cc_5	0,027***	0,069***	0,057***	0,070***	0,055***	0,068***	0,057***	0,069***
Gpop	-0,553***	-0,210*	-0,168	-0,067	-0,186*	-0,078	-0,090	-0,007
Ip50_5	0,032	0,047*	0,037	0,037	0,026	0,028	0,043	0,046*
Constante	0,631***	1,420***	1,099***	-	1,174***	-	0,990***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,336***	0,381***
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,173***	-0,381***
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,344**	-0,236
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,125***	-0,078*
Gpop	-	-	-	-	-	-	-3,482***	-2,601***
Ip50_5	-	-	-	-	-	-	-0,079	0,211
δ	-	-	-	-	0,764***	0,763***	0,773***	0,716***
ρ	-	-	0,830***	0,827***	-	-	-	-
R ²	13,82%	17,47%	17,17%	17,33%	17,72%	18,02%	19,73%	20,72%
Log-likelihood	2100,50	2277,61	2167,08	2344,21	2166,16	2343,93	2190,14	2366,04
AIC	-4183,01	-4541,21	-4314,16	-4672,42	-4312,33	-4671,86	-4348,27	-4704,08
BIC	-4130,67	-4500,51	-4256,00	-4625,89	-4254,18	-4625,34	-4255,23	-4622,66
Hausman test	209,87***	209,87**	26,61***	26,61***	24,10***	24,10***	25,81**	25,81**
		*						
LR test (1)	-	-	-	-	47,95***	44,22***	47,95***	44,22***
LR test (2)	-	-	46,12***	43,66***	-	-	46,12***	43,66***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

A convergência de renda foi confirmada, praticamente a mesma que no modelo anterior, estatisticamente significativa ao nível de 1%. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se

²⁴Embora pareça baixo, esse coeficiente indica uma boa adequação da modelagem proposta, uma vez que os modelos de dados em painel costumam oferecer R² baixos (FÁVERO et al, 2009).

esperava, embora seja significativo a 5%. O impacto do capital humano, foi positivo e está contribuindo para a taxa de crescimento do PIB *per capita*. A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%. E, como esperado, o crescimento populacional está negativamente relacionado, apesar de não significativo.

Com relação às instituições políticas, tem-se o sinal positivo que se espera e foi significativa 10%, mostrando uma pequena contribuição das instituições políticas na variável resposta. Assim, os resultados não se alteraram de forma expressiva ao incluir as instituições políticas neste grupo, isso pode sinalizar que, ao se observar todos os países e dada sua heterogeneidade, o canal de transmissão pode ser interno, ou seja, a atuação política ocorrendo dentro de cada nação.

Além disso, alguns pesquisadores argumentam que as instituições políticas são determinantes do tipo de governo que uma nação possui, mas não teriam efeitos muito claros na taxa de crescimento do PIB ao se observar amostras muito diferentes entre si (FLACHAIRE *et al*, 2014). O que parece ter sentido, ao observar magnitude e a significância do coeficiente atrelado as instituições políticas.

Ademais, Acemoglu *et al* (2005) argumentam que em grupos heterogêneos, os diferentes tipos de instituições podem agir em níveis variados e, portanto, as instituições políticas podem ser parte das causas profundas do desenvolvimento, definindo o cenário para que a atividade econômica e a criação de instituições econômicas atuem para influenciar diretamente as taxas de crescimento. Consequentemente, as instituições políticas operam estabelecendo as bases para a atuação das instituições econômicas. Por fim, neste modelo o coeficiente R² é da ordem de 20,72%.

Enfim, é apresentado as estimativas dos controles mais as instituições econômicas para o primeiro grupo de países. Nesse caso, pode-se ver que, ao controlar para as instituições econômicas, a velocidade de convergência de renda foi a mais alta em todos os modelos, além de estatisticamente significativa ao nível de 1%. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava e não foi significativo. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1%, embora menor quando se controla as instituições econômicas. A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, enquanto, como esperado, o crescimento populacional está negativamente relacionado, apesar de não significativo.

Com relação às instituições econômicas, o coeficiente foi bastante elevado, positivo e significativo ao nível de 1%, mostrando a importância das instituições do lado econômico para a taxa de crescimento do PIB *per capita*, ou seja, os resultados sugerem que as capacidades institucionais no âmbito econômico exercem um efeito positivo sobre a variável resposta. Esse fato sinaliza a importância que os países devem ter com os pilares da liberdade econômica para alavancar o seu

crescimento econômico. Esse resultado e os demais podem ser vistos na tabela 8, ademais, o coeficiente da ordem de R² foi 26,42%, o maior dentre todos os modelos analisados.

TABELA 8: TODOS OS PAÍSES – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,089***	-0,183***	-0,171***	-0,201***	-0,153***	-0,178***	-0,183***	-0,214***
Cf_5	-0,011**	-0,028**	-0,016*	-0,008	-0,026***	-0,024**	-0,002	-0,004
Ch_5	0,074***	0,168***	0,153***	0,148***	0,154***	0,166***	0,145***	0,163***
Cc_5	0,016**	0,063***	0,058***	0,069***	0,051***	0,062***	0,058***	0,070***
Gpop	-0,551***	-0,204*	-0,153	-0,068	-0,178*	-0,084	-0,117	-0,014
Ie_5	0,177***	0,216***	0,214***	0,227***	0,188***	0,197***	0,227***	0,237***
Constante	0,631***	1,333***	1,105***	-	1,143***	-	1,011***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,441***	0,445***
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,183***	-0,377***
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,156	-0,541**
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,187***	-0,146*
Gpop	-	-	-	-	-	-	-3,216***	-2,491***
Ie_5	-	-	-	-	-	-	-0,256***	-0,327***
Δ	-	-	-	-	0,692***	0,690***	0,802***	0,752***
P	-	-	0,839***	0,851***	-	-	-	-
R ²	19,29%	23,46%	23,19%	23,28%	22,41%	22,63%	25,28%	26,42%
Log-likelihood	2185,32	2370,97	2253,70	2442,73	2240,69	2426,77	2283,11	2467,29
AIC	-4352,64	-4727,94	-4487,39	-4869,47	-4461,37	-4837,54	-4534,22	-4906,59
BIC	-4300,30	-4687,24	-4429,24	-4822,94	-4403,22	-4791,02	-4441,18	-4825,18
Hausman test	252,82***	252,82**	28,26***	28,26***	24,24***	24,24***	35,72***	35,72***
LR test (1)	-	-	-	-	81,85***	81,05***	81,85***	81,05***
LR test (2)	-	-	58,83***	49,12***	-	-	58,83***	49,12***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Portanto, para todos os países pode-se observar um papel menor das instituições políticas, operando na construção de um cenário propício para a atuação das instituições econômicas que as nações escolhem. E, no caso das instituições econômicas propriamente ditas, constata-se um papel efetivo que esse conjunto de variáveis exerce sobre a taxa de crescimento do PIB *per capita*. A seguir, observa-se o comportamento das variáveis para a subamostra do continente americano²⁵.

3.1.2 Continente americano

O segundo grupo, inclui 23 países do continente americano. Nesse grupo, o destaque de renda mais elevada fica por conta dos Estados Unidos da América e Canadá. Enquanto de renda

²⁵Vale ressaltar que nas duas subamostras subsequentes, as variáveis explicativas do modelo são as mesmas, apenas a amostra está sendo restringida. Assim, as interpretações, especialmente nos controles do modelo, tendem a se repetir.

média e baixa, temos: Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai. Abaixo, pode-se visualizar sua localização no mapa.

FIGURA 5: CONTINENTE AMERICANO



Fonte: Elaboração própria a partir do software GEODA.

Neste caso, o teste LR entre SAR vs. SDM e entre SEM vs. SDM indicou o modelo SDM nas regressões que contemplam as variáveis que mensuram a qualidade institucional (tabelas 10 e 11), porém, ao estimar apenas os controles (tabela 9), o teste indicou o modelo de lag espacial. Pelo teste de Hausman a hipótese nula foi rejeitada nos casos do SDM e também para o SAR, assim, conclui-se para a modelagem por efeitos fixos (FE), em detrimento dos efeitos aleatórios (RE). Portanto, para os controles será explicado o modelo SAR (FE) e nos dois restantes o SDM (FE), ambos estão em negrito.

Os resultados econométricos na tabela 9 confirmam novamente a existência de convergência de renda condicional, representada pelo coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, isto é, as regiões mais pobres tendem a crescer mais rapidamente do que as regiões mais ricas. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava, embora seja significativo a 1%. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1%, indicando que investimento em capital humano influencia positivamente o crescimento econômico, dado que aumenta a qualidade e produtividade dos trabalhadores.

A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, indicando a importância da abertura da economia, enquanto, como esperado, o crescimento

populacional está negativamente relacionado e significativo ao nível de 1%, indicando que quanto maior o crescimento populacional, menor a taxa de crescimento do PIB *per capita*. O coeficiente R² é da ordem de 26,76%.

TABELA 9: CONTINENTE AMERICANO - CONTROLES

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,073***	-0,143***	-0,135***	-0,133***	-0,146***	-0,151***	-0,139***	-0,165***
Cf_5	-0,007	-0,166***	-0,105***	-0,146***	-0,115***	-0,147***	-0,104***	-0,139***
Ch_5	0,225***	0,585***	0,479***	0,563***	0,453***	0,532***	0,422***	0,594***
Cc_5	-0,001	0,064***	0,047***	0,060***	0,049***	0,059***	0,047***	0,066***
Gpop	-0,769***	-1,448***	-0,949***	-1,097***	-1,045***	-1,111***	-1,164***	-1,099***
Constante	0,667***	2,824***	2,082***	-	2,311***	-	2,080***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,067	-0,177*
Cf_5	-	-	-	-	-	-	0,042	-0,135
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,647**	0,053
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,052	0,037
Gpop	-	-	-	-	-	-	-3,018	-2,486*
Δ	-	-	-	-	0,640***	0,629***	0,652***	0,499***
P	-	-	0,664***	0,635**	-	-	-	-
R ²	13,25%	24,10%	23,45%	24,02%	26,36%	26,76%	26,13%	29,09%
Log-likelihood	731,65	813,06	762,41	841,20	768,86	849,48	772,51	856,95
AIC	-1447,29	-1614,12	-1506,82	-1668,41	-1519,72	-1684,97	-1517,01	-1689,90
BIC	-1408,31	-1584,88	-1462,96	-1634,30	-1475,86	-1650,86	-1448,79	-1631,42
Hausman test	146,57**	146,57**	11,17*	11,17*	13,62**	13,62**	13,67	13,67
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	7,30	14,93	7,30	14,93
LR test (2)	-	-	20,19***	31,49***	-	-	20,19***	31,49***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Na tabela 10, observa-se as estimativas dos controles mais as instituições políticas. A convergência de renda *per capita* foi confirmada e estatisticamente significativa ao nível de 1%, como indica as modernas teorias do crescimento econômico. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava, embora seja significativo a 1%. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1%, a variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%. Enquanto, como esperado, o crescimento populacional está negativamente relacionado e significativo ao nível de 1%.

Com relação às instituições políticas, que no grupo anterior tinha sido um valor muito baixo e com significância no limite, quando se controla para o continente americano tem uma magnitude maior e está significativo ao nível de 1%, sinalizando que o ambiente político e suas instituições são relevantes para o crescimento econômico das nações dessa região. Esse fato sugere que um país com um governo mais estável e sem grandes perturbações na ordem democrática, pode manter na

estabilidade, reduzindo as incertezas de políticas econômicas, de modo a incentivar os investimentos no país com maior grau de confiança e, portanto, conduzir a nação para um melhor nível de crescimento econômico (ALESINA E TABELLINI, 1990).

Conforme Acemoglu e Robinson (2012), a política é o processo pelo qual uma sociedade escolhe as regras que vão governá-la, por isso, as instituições políticas de uma sociedade são determinantes cruciais do resultado do jogo. Ademais, como visto abaixo, o R² é 30,72%.

TABELA 10: CONTINENTE AMERICANO – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,074***	-0,132***	-0,132***	-0,128***	-0,141***	-0,143***	-0,136***	-0,152***
Cf_5	-0,007	-0,179***	-0,109***	-0,152***	-0,122***	-0,155***	-0,113***	-0,140***
Ch_5	0,223***	0,555***	0,476***	0,554***	0,442***	0,514***	0,418***	0,525***
Cc_5	-0,001	0,061***	0,047***	0,058***	0,048***	0,058***	0,046***	0,059***
Gpop	-0,785***	-1,524***	-0,958***	-1,112***	-1,084***	-1,166***	-1,456***	-1,390***
Ip50_5	0,008	0,106**	0,029	0,052	0,048	0,068*	0,098**	0,115***
Constante	0,660***	2,508***	1,999***	-	2,179***	-	1,764***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,129	-0,010
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,164**	-0,253***
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,963***	-0,553
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,004	0,056
Gpop	-	-	-	-	-	-	-5,328***	-4,777***
Ip50_5	-	-	-	-	-	-	-0,630***	0,608***
Δ	-	-	-	-	0,632***	0,618***	0,524***	0,435***
P	-	-	0,657***	0,622***	-	-	-	-
R ²	13,47%	24,57%	23,69%	24,37%	26,72%	27,18%	29,85%	30,72%
Log-likelihood	733,55	816,04	762,64	841,94	769,50	850,82	783,57	866,80
AIC	-1449,10	-1618,07	-1505,28	-1667,87	-1519,00	-1685,64	-1535,15	-1705,61
BIC	-1405,24	-1583,96	-1456,55	-1628,89	-1470,28	-1646,65	-1457,18	-1637,38
Hausman test	149,90***	149,90**	11,11	11,11	15,10**	15,10**	30,52***	30,52**
LR test (1)	-	-	-	-	28,14***	31,97***	28,14***	31,97***
LR test (2)	-	-	41,87***	49,73***	-	-	41,87***	49,73***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

A tabela 11 mostra as estimativas dos controles mais as instituições econômicas. A velocidade de convergência de renda foi a mais alta em todos os modelos para essa amostra, além de estatisticamente significativa ao nível de 1%. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava, tal como nos modelos anteriores. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1%, embora menor quando se controla as instituições econômicas. A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, enquanto o crescimento populacional está negativamente relacionado, mas não significativo.

Com relação às instituições econômicas propriamente, o coeficiente foi bastante elevado, positivo e significativo a 1%, mostrando também sua importância para a taxa de crescimento do PIB *per capita*, expondo para este grupo de países que manter instituições econômicas inclusivas pode trazer ganhos para toda a economia. O coeficiente R² é da ordem de 36,89%, o maior dentre todos os modelos analisados.

TABELA 11: CONTINENTE AMERICANO – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS

Variáveis	(1) OLS / RE	(2) OLS / FE	(3) SEM / RE	(4) SEM / FE	(5) SAR / RE	(6) SAR / FE	(7) SDM / RE	(8) SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,080***	-0,187***	-0,175***	-0,178***	-0,183***	-0,191***	-0,176***	-0,216***
Cf_5	-0,005	-0,121***	-0,065***	-0,010***	-0,079***	-0,106**	-0,057***	-0,086***
Ch_5	0,109**	0,353***	0,256***	0,325***	0,251***	0,320***	0,241***	0,424***
Cc_5	-0,015	0,052***	0,042***	0,054***	0,038***	0,049***	0,042***	0,065***
Gpop	-0,366	-0,850***	-0,386	-0,752*	-0,509**	-0,579**	-0,513*	-0,251
Ie_5	0,206***	0,217***	0,231***	0,217***	0,204***	0,201***	0,242***	0,252***
Constante	0,448***	2,418***	1,653***	-	1,958***	-	1,537***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,232**	-0,035
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,044	-0,324***
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,312	-0,713**
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,149***	-0,040
Gpop	-	-	-	-	-	-	-2,690***	-2,602***
Ie_5	-	-	-	-	-	-	-0,212***	-0,304***
Δ	-	-	-	-	0,598***	0,590***	0,688***	0,493***
P	-	-	0,675***	0,647***	-	-	-	-
R ²	21,35%	31,02%	29,93%	30,75%	31,09%	31,77%	31,87%	36,89%
Log-likelihood	778,91	859,22	812,20	889,88	813,00	892,85	823,78	911,92
AIC	-1539,82	-1704,45	-1604,40	-1763,76	-1606,01	-1769,70	-1615,56	-1795,84
BIC	-1495,97	-1670,34	-1555,66	-1724,77	-1557,28	-1730,71	-1537,59	-1727,62
Hausman test	148,58**	148,58**	17,35**	17,35**	17,73**	17,73**	21,39*	21,39*
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	21,55***	38,14***	21,55***	38,14***
LR test (2)	-	-	23,16***	44,09***	-	-	23,16***	44,09***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Deste modo, ao restringir a amostra para o continente americano foi possível observar um papel direto tanto das instituições políticas como das instituições econômicas, embora, as instituições do lado econômico se mostram mais expressivas.

No último tópico, observa-se o comportamento das variáveis para a amostra da região da América Latina e Caribe, ou seja, retirando-se EUA e Canadá, por entender que essas duas nações têm trajetórias econômica, política e social muito diferente se comparado aos países da América Latina e Caribe. Além disso, também não partilham dos inúmeros problemas por eles enfrentados.

3.1.3 América Latina e Caribe

O terceiro grupo, contempla 21 países da América Latina e Caribe. O destaque de renda mais elevada na região fica por conta do Brasil e México e, de renda mais baixa, Guatemala e Haiti. Novamente, podemos visualizar os países no mapa abaixo:

FIGURA 6: AMÉRICA LATINA E CARIBE



Fonte: Elaboração própria a partir do software GEODA.

O teste LR entre SAR vs. SDM e entre SEM vs. SDM indicou o modelo SDM nas regressões que contemplam as variáveis que mensuram a qualidade institucional (tabelas 13 e 14), porém, ao estimar apenas os controles (tabela 12), o teste indicou o modelo SAR. Pelo teste de Hausman a hipótese nula foi rejeitada nos casos do SDM e também para o SAR, assim, conclui-se para a modelagem por efeitos fixos (FE), ao invés dos efeitos aleatórios (RE). Portanto, para os controles será explicado o modelo SAR (FE) e nos dois restantes o SDM (FE), ambos estão em destaque.

A convergência de renda foi confirmada novamente, vale ressaltar que a saída dos Estados Unidos e do Canadá da amostra fez com que a velocidade de convergência condicional da renda aumentasse. As demais variáveis de controle apresentam comportamento semelhante ao modelo anterior. Isto é, novamente o capital físico foi significativo embora não tenha o sinal esperado. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1% contribuindo para a taxa de crescimento do PIB *per capita* em todos os modelos.

A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, demonstrando os efeitos benéficos da abertura da economia via ganhos comerciais. E o crescimento populacional está negativamente relacionado e significativo ao nível de 1%, sustentando que o crescimento da população em nível muito elevado pode trazer consequências pessimistas para a variável dependente. Ademais, o coeficiente R² é da ordem de 26,89%.

TABELA 12: AMÉRICA LATINA E CARIBE - CONTROLES

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,080***	-0,147***	-0,142***	-0,136***	-0,154***	-0,155***	-0,147***	-0,169***
Cf_5	-0,008	-0,170***	-0,107***	-0,149***	-0,116***	-0,151***	-0,106***	-0,145***
Ch_5	0,217***	0,581***	0,463***	0,566***	0,438***	0,528***	0,398***	0,564***
Cc_5	-0,005	0,063***	0,048***	0,059***	0,049***	0,058***	0,046***	0,061***
Gpop	-0,801***	-1,541***	-1,046***	-1,093***	-1,150***	-1,215***	-1,262***	-1,136***
Constante	0,731***	2,855***	2,135***	-	2,362***	-	2,134***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,068	-0,149
Cf_5	-	-	-	-	-	-	0,041	-0,118
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,586	0,060
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,044	0,021
Gpop	-	-	-	-	-	-	-2,811**	-2,409
Δ	-	-	-	-	0,638***	0,625***	0,647***	0,511***
P	-	-	0,660***	0,634***	-	-	-	-
R ²	14,30%	24,18%	23,59%	24,11%	26,56%	26,89%	26,12%	28,69%
Log-likelihood	637,73	709,10	665,90	735,04	671,99	742,33	675,34	747,46
AIC	-1259,46	-1406,19	-1313,81	-1456,08	-1325,97	-1470,66	-1322,68	-1470,92
BIC	-1221,20	-1377,50	-1270,77	-1422,61	-1282,93	-1437,18	-1255,73	-1413,53
Hausman test	132,89**	132,89**	9,91	9,91	11,73**	11,73**	16,52	16,52
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	6,71	10,26	6,71	10,26
LR test (2)	-	-	18,87***	24,83***	-	-	18,87***	24,83***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Na sequência, observa-se as estimativas para a América Latina e Caribe dos controles mais as instituições políticas. Neste caso, a convergência de renda foi novamente confirmada e estatisticamente significativa ao nível de 1%, esse efeito demonstra uma recuperação da diminuição das diferenças de renda entre os países. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava, embora seja significativo a 1%. Com relação a variável que mensura o impacto do capital humano, este foi positivo e significativo a 1%, a variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%. Enquanto, como esperado, o crescimento populacional está negativamente relacionado e significativo ao nível de 1%.

Com relação às instituições políticas em si, quando se restringe para a América Latina e Caribe, além de ter o sinal esperado, está significativo ao nível de 1% e possui resultados mais

expressivos que nos dois grupos anteriores em termos do valor do coeficiente. Sinalizando assim que o ambiente político e suas instituições são relevantes para o crescimento econômico desses países.

Esse fato ocorre, pois, os países latino americanos e caribenhos possuem trajetórias semelhantes e enfrentam problemas comuns, sendo um deles, a fragilidade nas instituições políticas. O resultado econométrico demonstra que, como esses países são caracterizados por uma estrutura institucional inferior aos países mais desenvolvidos, eles acabam respondendo mais rápido a um incremento na qualidade das instituições políticas. E, com efeito, ao restringir a amostra apenas para a América Latina e Caribe os resultados em termos das instituições políticas foram os mais evidentes.

Vale salientar que essa conclusão também corrobora com o encontrado por Silva *et al* (2015) que, ao controlar sua amostra para a América Latina, percebeu forte influência das instituições políticas utilizando o mesmo indicador dessa pesquisa. Ademais, o coeficiente R² é 30,43%.

TABELA 13: AMÉRICA LATINA E CARIBE – CONTROLES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	OLS / RE	OLS / FE	SEM / RE	SEM / FE	SAR / RE	SAR / FE	SDM / RE	SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,083***	-0,135***	-0,139***	-0,132***	-0,148***	-0,147***	-0,142***	-0,155***
Cf_5	-0,009	-0,185***	-0,112***	-0,157***	-0,125***	-0,162***	-0,117***	-0,150***
Ch_5	0,214***	0,545***	0,458***	0,546***	0,424***	0,505***	0,373***	0,485***
Cc_5	-0,005	0,059***	0,047***	0,058***	0,047***	0,056***	0,043***	0,053***
Gpop	-0,827***	-1,650***	-1,602***	-1,219***	-1,210***	-1,297***	-1,632***	-1,566***
Ip50_5	0,009	0,119**	0,036	0,061	0,060	0,082**	0,109**	0,127***
Constante	0,735***	2,522***	2,039***	-	2,210***	-	1,783***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,130	-0,017
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,161*	-0,236**
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,974***	-0,573
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,004	0,039
Gpop	-	-	-	-	-	-	-5,605***	-4,932***
Ip50_5	-	-	-	-	-	-	-0,655***	0,611***
Δ	-	-	-	-	0,629***	0,612***	0,514***	0,443***
P	-	-	0,651***	0,617***	-	-	-	-
R ²	14,65%	24,76%	23,93%	24,56%	27,09%	27,48%	29,68%	30,43%
Log-likelihood	639,92	712,50	666,22	735,95	672,88	744,08	686,99	757,13
AIC	-1261,85	-1410,99	-1312,45	-1455,90	-1325,76	-1472,15	-1341,99	-1486,27
BIC	-1218,81	-1377,52	-1264,62	-1417,65	-1277,94	-1433,90	-1265,48	-1419,32
Hausman test	136,44**	136,44**	9,76	9,76	12,14*	12,14**	33,11***	33,11***
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	28,23***	26,11***	28,23***	26,11***
LR test (2)	-	-	41,55***	42,36***	-	-	41,55***	42,36***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Finalmente, na tabela 14, observa-se as estimativas para a América Latina e Caribe dos controles do modelo mais as instituições econômicas. Novamente, ao se controlar para as instituições econômicas, a velocidade de convergência de renda novamente foi a mais elevada em todos os

modelos e para todos os grupos, além de estatisticamente significativo ao nível de 1%. O logaritmo do capital físico, não tem o sinal que se esperava, tal como nos modelos anteriores. O impacto do capital humano, foi positivo e significativo a 1%, embora menor quando se controla as instituições econômicas. A variável corrente de comércio apresenta o sinal positivo e significativo ao nível 1%, enquanto, o crescimento populacional está negativamente relacionado e não significativo.

Com relação às instituições econômicas, ao fazer o controle para a região da América Latina e Caribe, produz um impacto positivo e significativo a 1%, mostrando também sua importância para a taxa de crescimento do PIB *per capita* e aumentando a velocidade de convergência de renda. Além disso, essa variável foi significativa em todos os modelos estimados. Por fim, o R² é da ordem de 36,55%.

TABELA 14: AMÉRICA LATINA E CARIBE – CONTROLES E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS

Variáveis	(1) OLS / RE	(2) OLS / FE	(3) SEM / RE	(4) SEM / FE	(5) SAR / RE	(6) SAR / FE	(7) SDM / RE	(8) SDM / FE
Principal								
PIBpc_5	-0,082***	-0,192***	-0,182***	-0,182***	-0,192***	-0,197***	-0,184***	-0,222***
Cf_5	-0,005	-0,125***	-0,068***	-0,104***	-0,082***	-0,111***	-0,064***	-0,091***
Ch_5	0,107**	0,351***	0,248***	0,324***	0,241***	0,317***	0,237***	0,401***
Cc_5	-0,012	0,050***	0,043***	0,053***	0,037***	0,047***	0,042***	0,059***
Gpop	-0,370	-0,925***	-0,462	-0,597*	-0,597*	-0,661**	-0,587*	-0,330
Ie_5	0,202***	0,218***	0,230***	0,226***	0,206***	0,203***	0,240***	0,253***
Constante	0,469***	-2,467***	1,718***	-	2,029***	-	1,637***	-
Wx								
PIBpc_5	-	-	-	-	-	-	0,222**	-0,013
Cf_5	-	-	-	-	-	-	-0,040	-0,305***
Ch_5	-	-	-	-	-	-	-0,269	-0,693**
Cc_5	-	-	-	-	-	-	-0,147***	-0,061
Gpop	-	-	-	-	-	-	-2,386*	-2,530*
Ie_5	-	-	-	-	-	-	-0,187***	-0,274***
Δ	-	-	-	-	0,598***	0,588***	0,680***	0,501***
P	-	-	0,665***	0,640***	-	-	-	-
R ²	21,85%	31,24%	30,27%	30,98%	31,53%	32,14%	32,06%	36,55%
Log-likelihood	681,99	752,19	711,85	779,83	713,62	783,15	722,41	798,41
AIC	-1345,98	-1490,38	-1403,70	-1543,67	-1407,25	-1550,31	-1412,82	-1568,82
BIC	-1302,94	-1456,91	-1355,81	-1505,41	-1359,49	-1512,05	-1336,31	-1501,87
Hausman test	140,73**	140,73**	18,58***	18,58***	17,41**	17,41**	37,40***	37,40***
	*	*						
LR test (1)	-	-	-	-	17,58***	30,51***	17,58***	30,51***
LR test (2)	-	-	21,12***	37,15***	-	-	21,12***	37,15***

Obs.: * Significante a 10%; ** Significante a 5%; *** Significante a 1%. LR (1): SDM x SAR; LR (2): SDM x SEM.

Portanto, regiões pertencentes a países dotados de melhor qualidade institucional na esfera econômica, tendem a apresentar taxas de crescimento mais altas, além de convergir em termos de renda condicionalmente. Ademais, para as instituições econômicas, os países da América Latina e

Caribe respondem mais rápido a um incremento na qualidade dessas instituições, se comparado com os outros grupos, justamente por possuírem uma estrutura institucional mais ineficiente.

Desse modo, ao restringir a amostra para a esta região, novamente se observou um papel direto das instituições políticas, tendo o coeficiente mais elevado entre os modelos interpretados. E a forte relação com as instituições econômicas, sendo o maior peso na variável resposta.

Portanto, percebe-se que as instituições desempenham um papel importante no crescimento econômico desses países no período analisado. Sendo assim, pode-se dizer que a hipótese do trabalho foi verificada, as boas instituições atuam na promoção de novos desenvolvimentos. Os resultados indicam que melhorias marginais na qualidade das instituições aumentam a taxa de crescimento econômico do PIB *per capita*, sobretudo, com as instituições econômicas. Os coeficientes autoregressivos dos modelos espaciais foram todos positivos e altamente significativos, demonstrando que existe dependência espacial e que esta foi capturada pela abordagem utilizada.

Além do mais, ao se restringir a amostra ao Continente Americano e, principalmente, para a América Latina e Caribe, percebe-se a sensibilidade dos resultados, principalmente no tocante as instituições políticas. Desse modo, salienta-se que os resultados econométricos encontrados para os grupos corroboram com os resultados que encontrados por outros pesquisadores, isto é, instituições e crescimento estão intimamente relacionados. Esse fato sinaliza que as instituições são relevantes e que os governantes devem ter um olhar direcionado para o ambiente institucional e, com isso, uma preocupação com os direitos políticos e de propriedade, cargas tributárias, abertura comercial e financeira e etc.

Esses fatores são importantes pois, mudanças repentinas e instabilidades nas regras do país, bem como reversões em políticas anunciadas, tendem a desencorajar vários tipos de investimentos, visto que os investidores preferem nações com ambientes institucionais estáveis e com perspectivas de crescimento econômico consistentes.

Vale ressaltar que os sinais de todos os controles tiveram o sinal previsto na literatura econômica, exceto a *proxy* utilizada para capital físico. Assim, tendo em vista que o estoque de capital não trouxe os resultados esperados, foi testada outra variável como *proxy* para capital físico, nesse caso, testou-se a formação bruta de capital (% PIB), porém, também não apresentou o resultado esperado em nenhum modelo. Ressalta-se ainda que foi estimada a especificação composta pelos controles adicionando as instituições políticas e econômicas para todos os grupos, todavia, como as estimativas não apresentaram resultados diferentes dos já discutidos e, por isso, optou-se por não inserir na versão final deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, percebeu-se como a teoria institucionalista, na perspectiva da Nova Economia Institucional, fornece bases para o bom desempenho econômico dos países e como as instituições são um motor importante para o movimento desse processo.

Através da análise teórica e empírica pôde-se constatar para o período de 1975/2016 que as instituições políticas e econômicas têm um papel importante na busca por um maior crescimento econômico, sobretudo, nas subamostras do Continente Americano e da América Latina e Caribe. As mudanças institucionais do período, como por exemplo, o fim dos regimes totalitários, colocaram os países dessas regiões em níveis maiores de crescimento ao longo do período considerado. Ainda assim, muito precisa ser feito, principalmente, se comparado com regiões mais desenvolvidas, que apresentam maior crescimento econômico e melhor estrutura institucional.

A ênfase dada a América Latina e Caribe ao papel que as instituições exercem no crescimento a partir da perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI) conseguiu demonstrar a influência da mudança institucional nos diferenciais de crescimento. Os resultados empíricos ficaram mais sensíveis nessa região, ao se comparar com outras economias desenvolvidas como: França, Nova Zelândia, Austrália entre outras.

Vale salientar que as instituições de um país fazem parte de um processo, não estão isoladas e nem são autossuficientes, ou seja, não adianta dar ênfase a qualidade institucional e esquecer outras áreas. Os determinantes para o crescimento econômico são dependentes e, as instituições são um ponto a ser observado, mas é necessário que elas atuem juntas a outros elementos.

Entretanto, o que os institucionalistas aqui apresentados defendem é que, na ausência de instituições inclusivas, a efetividade de quaisquer outras variáveis se torna frágil. Não adianta uma nação possuir um alto nível educacional ou abundância de recursos naturais, se as regras do país não possibilitarem uma ascensão de seus indivíduos. Isto significa que são as instituições que garantem toda a base para o sistema político e econômico dos países, sua ausência implica o comprometimento de outros determinantes.

Em contrapartida, pode haver casos em que países conseguem crescimento sob instituições extrativas ou pela combinação de instituições inclusivas com extrativas, a literatura,

no entanto, aponta que este processo não é sustentado e tão pouco inclusivo. Assim, se alguma das partes principais (política ou econômica) estiver ausente, a eficácia geral será prejudicada.

No campo qualitativo dessa análise, o estudo das instituições políticas e econômicas do Brasil e da América Latina e Caribe através dos indicadores, se mostram em grande conformidade com a NEI na perspectiva de Douglass North e, também, com grande influência das ideias de Acemoglu e Robinson.

No contexto empírico quantitativo, os resultados obtidos por meio da econometria espacial possibilitaram a seleção do melhor modelo a ser interpretado nesta análise via testes estatísticos (*Hausman Test* e *Likelihood Ratio Test*) que confirmam a hipótese levantada, isto é, as instituições adequadas trazem efeitos positivos sobre o nível de crescimento econômico das nações analisadas. Além do mais, observou-se que ambos os tipos de instituições impactam no crescimento econômico dos diversos países considerados, ainda que de forma diferenciada.

No primeiro grupo, composto por todos os países da amostra, as instituições políticas tendo um papel de fornecer os alicerces para a atuação das instituições econômicas na determinação de maiores taxas de crescimento econômico. De fato, como aponta Nawas (2015), diferentes países, com trajetórias históricas heterogêneas, exigem um conjunto variado de instituições para alcançar novos níveis de crescimento no longo prazo.

Ao utilizar subamostras para o continente americano e a América Latina e Caribe, os efeitos ficam ainda mais evidentes, sobretudo, no aspecto político, com as instituições políticas impactando diretamente na taxa de crescimento do PIB *per capita*. Além disso, a velocidade de convergência entre os países é alavancada quando as instituições do lado econômico entram em cena. Logo, a análise empírica sugere que um país ao manter instituições mais inclusivas e democráticas auxilia no seu desempenho econômico e pode ser um diferencial na busca por novos desenvolvimentos.

Dessa forma, o que a Nova Economia Institucional (NEI) na perspectiva de Douglass North parece indicar é que, os governantes devem estar atentos ao conjunto de instituições das suas respectivas nações, pois toda e qualquer mudança institucional traçada para determinado país deve observar a trajetória histórica e o estágio de desenvolvimento dessa nação. Países diferentes requerem um conjunto de instituições variadas para promover o crescimento de longo prazo. Em outras palavras, isso significa que não adianta incorporar instituições de um país bem-sucedido sem considerar o ambiente local. É justamente o contrário, a própria localidade desempenha um papel muito importante na criação ou mudança institucional.

Portanto, como ressalta Piaia (2013), o melhor caminho para se adquirir instituições eficientes deve ser feito observando a trajetória histórica dos países e o caminho pelo qual as instituições transitaram, pois o que se vive hoje é fruto de escolhas passadas e as escolhas de hoje influenciarão as instituições e toda a dinâmica do país no futuro.

Como todo trabalho acadêmico, essa pesquisa também encontrou limitações. Em primeiro lugar, grandes barreiras na coleta de dados, sobretudo de países menores, a maioria da região do Caribe, pois o ideal seria informações sobre todos os países a partir da década de 1960, onde os períodos ditatoriais iniciaram. Em segundo lugar, existe um obstáculo natural ao usar os índices que mensuram a qualidade das instituições, pois eles têm informações limitadas e estão disponíveis para períodos recentes, inviabilizando análises de longo prazo.

Para continuidade desse trabalho, pretende-se analisar a escolha das variáveis independentes de modo a obter resultados cada vez mais robustos, uma vez que nesta pesquisa a variável escolhida para representar o capital físico não trouxe os resultados esperados, apesar dos testes alternativos. Além disso, criar uma matriz de peso socioeconômica com dados institucionais, no âmbito político e econômico para mesurar a sensibilidade dos resultados da modelagem espacial oriundos da mudança da matriz de peso não convencional.

Como agenda futura, pretende-se seguir o estudo da discussão dessa problemática ainda na América Latina e Caribe, porém, explorar outras bases de dados para tentar a expansão da amostra e do período temporal. Sob esse aspecto, almeja-se partir de uma bibliografia específica que permita realizar a contextualização dessa importante região, assim como recorrer a outras técnicas econométricas que possam mensurar a qualidade institucional e o crescimento econômico.

Especialmente, adentrar no campo de debate das relações de causalidade entre essas variáveis, visto que elas variam em diferentes estágios de desenvolvimento e do nível de renda. A literatura indica que um nível maior de qualidade das instituições alavanca o crescimento econômico, mas também, países com um nível maior de recursos podem desenvolver instituições mais eficazes. Assim, entender esse fenômeno na América Latina e Caribe pode trazer novos olhares sobre a situação e os entraves da região como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J.A. Institutions as the fundamental cause of long run economic growth. In: Agion, P., Durlauf, S. (Eds.) **Handbook of Economic Growth**, Vol 1, North Holland: Amsterdam, p. 385–472, 2005.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam**. Nova York: Elsevier Campus, 2012.
- ALCHIAN, A.A. Some Economics of Property Rights. **II Político**, Vol. 30, n. 04, p.816–819, 1965.
- ALESINA, A.; TABELLINI, G. A positive theory of fiscal deficits and government debt. **Rev. Econ. Stud.**, Vol. 57, n. 3, p. 403–414, 1990.
- ALLERS, M.; ELHORST, J. Tax Mimicking and Yardstick Competition Among Local Governments in the Netherlands. **International Tax and Public Finance**, Springer: International Institute of Public Finance, vol. 12, N.4, p. 493-513, 2005.
- ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Alínea: Campinas, 2012.
- ANDRADE, M.C. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1999.
- ANSELIN, L.; JULIE, L.G.; HUBERT, J. Spatial panel econometrics. **The econometrics of panel data, fundamentals and recent developments in theory and practice**. Ed. by Dordrecht Kluwer. 3^a ed, vol. 4., The address of the publisher: Matyas L, Sevestre P, p. 901– 969, 2006.
- ANSELIN, L. Thirty years of spatial econometrics. **Papers in Regional Science**, vol. 89, n. 1, p. 3-25, 2010.
- ARBIA, G.; BATTISTI, M.; VAIO, G.D. Institutions and geography: Empirical test of spatial growth models for European regions. **Economic Modelling**, Vol. 77, p. 12-21, 2010.
- BARRO, R.J.; SALA-I-MARTIM, X. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 1995.
- BELOTTI, F.; HUGHES, G.; MORTARI, A. P. xsmle: stata module for spatial panel data models estimation. STATISTICAL SOFTWARE COMPONENTS S457610, **BOSTON COLLEGE DEPARTMENT OF ECONOMICS**, 2013.
- CICCONE, A. Agglomeration effects in Europe. **European Economic Review**, vol. 46, p. 213–227, 2002.
- COASE, R.H. **The Firm, the Market and the Law**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- COASE, R.H. The Institutional Structure of Production. **The American Economic Review**, vol. 82, n. 04, p. 713–719, 1992.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **La ineficiencia de la desigualdad**. Síntesis (LC/SES.37/4), Santiago, 2018.

COMMONS, J.R. Institutional economy, **The American Economic Review**, vol. 21, n. 04, p. 648-657, 1931.

CONCEIÇÃO, O.A.C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, 2000.

CONCEIÇÃO, O.A.C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 23, n. 01, p. 77-106, 2002.

CONDATO, A.N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 25, p. 83-106, nov., 2005.

COSTA, J.M. **Teorias do crescimento econômico: um estudo comparado**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, 119 f., 2007.

D'ARAUJO, M.C.; CASTRO, C. (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DE HAAN, J.; LUNDSTROM, S.; STURM, J.E. Market-oriented institutions and policies and economic growth: a critical survey. **Journal of Economic Surveys**, Vol. 20, p. 157–191, 2006.

DEQUECH, D. O conceito de instituições e algumas tipologias. In: SALLES, A.O.; PESSALI, H.F.; FERNÁNDES, R. G. **Economia Institucional: Fundamentos teóricos e históricos**, São Paulo: Editora Unesp, p. 159-182, 2017.

DOMAR, E.D. Capital Expansion, Rate of Growth, and employment. **ECONOMETRICA – Journal of econometric society**. Vol.14, n. 02, p. 137-147, 1946.

EDWARDS, S.; ESQUIVEL, G.; MÁRQUEZ, G. **The decline of Latin American economies: growth, institutions, and crises**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

ELHORST, J.P. Specification and Estimation of Spatial Panel Data Models. **International Regional Science Review**, vol. 26, p. 244-268, 2003.

ELHORST J.P. Spatial Panel Data Models. *in*: FISCHER, M.; GETIS, A. (eds) **Handbook of Applied Spatial Analysis**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FÁVERO, L.P.; *ET AL.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M.P. The Next Generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, 105 (10). Disponível em: <<https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.0>>, acesso em: 07/02/2019.

FLACHAIRE, E.; PEÑALOSA, C.G; KONTE, M. Political versus economic institutions in the growth process. **Journal of Comparative Economics**, Vol: 42, p. 212-229, 2014.

FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: A economia política de Douglass North. **Economia e Sociedade**, vol. 11, nº 1 (18), p. 45-62, 2002.

FIANI, R. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, Vol. 23, n. 02, p.89-105, 2003.

GLAESER, E.; LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. Do institutions cause growth? **Journal of Economic Growth**, vol. 9, p. 271–303, 2004.

GÓES, C. Institutions and growth: A GMM/IV Panel VAR approach. **Economics Letters**, Vol. 138, p. 85-91, 2016.

GOLGHER, A.B. **Introdução à Econometria Espacial**. Jundiaí – SP: Paco editorial, 2015.

GREENE, W. **Econometric Analysis**. 7ª Edition. Pearson Education: Prentice Hall, 2012.

GWARTNEY, J.; LAWSON, R.; HALL, J.; MURPHY, R. Economic Freedom of the World: 2018 Annual Report. **Fraser Institute**. Disponível em: <<https://www.fraserinstitute.org/economicfreedom/dataset?geozone=world&page=dataset&min-year=2&max-year=0&filter=0>>, acesso em: 01/09/2019.

HAMILTON, W.H. Institutions. In: SELIGMAN, E.R.A.; JOHNSON, A. (Orgs.). **Encyclopaedia of the Social Sciences**, New York: Macmillan, 1932.

HAMILTON, W.H. The institutional approach to economic theory. **The American Economic Review**, vol.09, n. 01, p. 309-318, 1919.

HARROD, R.F. An Essay in Dynamic Theory. **The Economic Journal**. Vol. 149, n. 193, p. 14-33, 1939.

HODGSON, G.M. “What are institutions?”. **Journal of Economic Issues**, vol. 40, n. 01, p.01-25, 2006.

HODGSON, G.M. A abordagem da economia institucional. In: SALLES, A.O.; PESSALI, H.F.; FERNÁNDES, R. G. **Economia Institucional: Fundamentos teóricos e históricos**, São Paulo: Editora Unesp, p. 249-294, 2017.

JOHNSTON, J.; DINARO, J. **Métodos Econométricos**. 4ª edição, Lisboa: Editora McGraw-Hill, 2001.

LAW, S.H; LIM, T.C; ISMAIL, N.W. Institutions and economic development: A Granger causality analysis of panel data evidence. **Economic Systems**, Vol. 37, p. 610-624, 2013.

LOPES, H.C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 33, n. 4 (133), p. 619-637, 2013.

LOUREIRO, A.O.F; COSTA, L.O. **Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel**. Notas Técnicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (2009). Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/notas_tecnicas/NT_37.pdf>, acesso em: 24/02/2019.

LUCAS, R. On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics**. Vol. 22, p.03-42, 1988.

MADDALA, G.S. **Introdução à econometria**. Editora: LTC, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2003.

MALTHUS, T.R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaios sobre a população**. Traduções: Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antônio Alves Cury, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MITCHELL, W.C. The prospects of economic. In: **The Backward Art of Spending Money and Other Essays**. New York: Augustus, 1950.

MAYHEW, A. O início do institucionalismo. In: SALLES, A.O.; PESSALI, H.F.; FERNÁNDES, R. G. **Economia Institucional: Fundamentos teóricos e históricos**, São Paulo: Editora Unesp, p. 185-221, 2017.

MEIJERING, E. A chronology of interpolation: From ancient astronomy to modern signal and image processing. **Proceedings of the IEEE International Conference 1990**, p. 319–342, 2002.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M.M. The Contribution of Douglass North to New Institutional Economics. In: GALIANI, S. **Institutions, Property Rights, and Economic Growth: The Legacy of Douglass North**, p. 11-29, 2014.

MUTL, J.; MICHAEL, P. The Hausman test in a Cliff and Ord panel model. **The Econometrics Journal**, vol.14.1, p. 48–76, 2011.

NAWAZ, S. Growth effects of institutions: A disaggregated analysis. **Economic Modelling**, Vol. 45, p. 118-126, 2015.

NEALE, W. Institutions. **Journal of Economic Issues**, vol. 21, n.03, p. 1177-1205, 1987.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 05, n. 01, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. Economics performance through time. **The American Economic Review**, vol. 84, n° 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. Desempenho Econômico en el Transcurso de los Años. Estocolmo, 1998. Disponível em: <<https://www.azc.uam.mx/publicaciones/etp/num9/a2.htm>>, acesso em: 17/07/2019.

NORTH, D. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PEREIRA, J.M.D. **Manual de Economia Brasileira: Da formação econômica à economia contemporânea**. Santa Maria – RS: Editora UFSM, 2016.

PIAIA, T.C. Instituições, organizações e mudança institucional: Análises e perspectivas. **Justiça do Direito**, vol. 27, n. 02, p. 257-274, 2013.

POLITY IV PROJECT. **Political Regime Characteristics and Transitions 1800-2017**. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>>, acesso em: 27/08/2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A democracia na América Latina; rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs**. Tradução de Mônica Hirts. Santana do Parnaíba – SP: LM&X, 2004.

POZO, J.D. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Tradução: Ricardo Rosenbusch, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PRÓCHNIAK, M. An attempt to assess the quantitative impact of institutions on economic growth and economic development. **International Journal of Management and Economics**, n. 38, p. 07-30, 2013.

QUAH, D.T. Regional convergence clusters across Europe. **European Economic Review**, vol. 40, p. 951–958, 1996.

REBELO, S. Long-Run Policy Analysis and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, Vol. 96 (junho), p. 500-521, 1991.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROMER, P. M. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, Vol. 94, n. 05, 1986.

ROMER, P. M. **Crazy Explanations for the productivity Slowdown**. In: NBER Macroeconomics Annual 1987, ed. Stanley Fischer, Cambridge, MA: MIT press, 1987.

SACHSIDA, A., MACHADO, J.B.B. **Fatores determinantes da riqueza de uma nação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

SACHSIDA, A. Qualidade das instituições e crescimento econômico. **IPEA Boletim regional, urbano e ambiental**, p.11-17, 2011.

SALIMA, B.A.; JULIE, L.G.; LIONEL, V. Spatial econometrics on panel data. In: LOONIS, V.; BELLEFON, M.P. **HANDBOOK OF SPATIAL ANALYSIS: Theory and practical application with R**. INSEE Eurosta, p. 179-203, 2018.

SAMUELS, W.J. The present state of institutional economies. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 19, p. 569-590, 1995.

SCHMID, A. ALLAN. **Conflict and cooperation**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004.

SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. **Brasil: Uma Biografia**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SIDDIQUI, D.A.; AHMED, Q.M. The effect of institutions on economic growth: A global analysis based on GMM dynamic panel estimation. **Structural Change and Economic Dynamics**, Vol: 24, p.18-33, 2013.

SILVA, L.; CUNHA, M.; DOMINGOS, A.; TORRES, M. Instituições políticas e desenvolvimento: evidências de um estudo empírico. **Journal of Institutional Studies**, vol. 1, n. 01, 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução: Luiz João Baraúna, vol. 01, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLOW, R.M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, n. 01, p. 65-94, 1956.

THE WORLD BANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>, acesso em: 07/02/2019.

TOYOSHIMA, S. “Instituições e Desenvolvimento Econômico - Uma Análise Crítica das Ideias de Douglass North”, **Estudos Econômicos**, Vol. 29, n. 01 p. 105-112, 1999.

VEBLEN, T.B. The limitations of marginal utility. **Journal of Political Economy**, vol. 17, n. 09, p. 620-636, 1909.

VEBLEN, T.B. **The place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.

VEGA-GORDILLO, M.; ALVAREZ-ARCE, J.L. Economic growth and freedom: a causality study. **Cato Journal**, Vol. 23, p. 199–215, 2003.

WALLIS, J.J. Persistence and Change in Institutions: The Evolution of Douglass C. North. In: GALIANI, S. **Institutions, Property Rights, and Economic Growth: The Legacy of Douglass North**, p. 30-49, 2014.

WERNER, A. América Latina e Caribe em 2019: uma expansão moderada. **Fundo Monetário Internacional**. Washington, 24 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/01/25/blog-latin-america-and-the-caribbean-in-2019-a-moderate-expansion>>, acesso em: 03/05/2019.

WILLIAMSON, O.E. The Vertical Integration of Production: Market Failure Considerations. **American Economic Review**, vol. 61, p. 112–123, 1971.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introdução à Econometria: Uma abordagem Moderna**. Tradução de Rogério César de Souza e José Antônio Ferreira, São Paulo: Thomson, 2006.